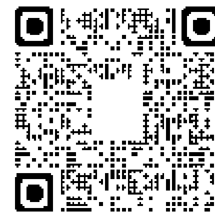
Jornal **O DIA** SP



Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2024 | Nª 25.693 | Preço banca: R$ 3,50

Junho registra desaceleração da inflação para todas as faixas de renda

Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado na segunda-feira (15), mostra que a inflação de junho ficou abaixo da registrada em maio para todas as faixas de renda. Os dados mostram que o grupo que exerceu a maior pressão inflacionária foi o de alimentos e bebidas.

O grupo de saúde e cuidados pessoais também teve peso significativo para todas as classes de renda.

O Indicador Ipea de Inflação por faixa de renda é divulgado mensalmente. O levantamento considera seis categorias de renda domiciliar: muito baixa (menor que R$ 2.105,99), baixa (entre R$ 2.105,99 e R$ 3.158,99), média-baixa (entre R$ 3.158,99 e R$ 5.264,98), média (entre R$ 5.264,98 e R$ 10.529,96), média-alta (entre R$ 10.529,96 e R$ 21.059,92) e alta (maior que R$ 21.059,92).

A maior desaceleração foi sentida entre as famílias de renda alta. A inflação de junho para esta faixa foi de 0,04%. Em maio, havia sido de 0,46%. De acordo com o Ipea, elas foram favorecidas pela queda das tarifas aéreas (-9,9%) e dos transportes por aplicativo (-2,8%). Página 3

Moares retira sigilo de áudio de conversa de Bolsonaro

Página 8

Vítimas de tragédias esperam solução após audiência na OEA

Página 4

Caixa libera abono do PIS/Pasep para nascidos em setembro e outubro

Cerca de 4,24 milhões de trabalhadores com carteira assinada nascidos em setembro e outubro já podem sacar, o valor do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) em 2024. A quantia está disponível no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital e no Portal Gov.br.

Ao todo, o governo liberará R$ 4,52 bilhões, dos quais R$ 3,9 bilhões para o PIS e R$ 620 milhões para o Pasep. Aprovado no fim do ano passado, o calendário de liberações segue o mês de nascimento do trabalhador, no caso do PIS, ou o número final de inscrição do Pasep. Os pagamentos ocorrem de 15 de fevereiro a 15 de agosto.

Neste mês, o pagamento continua a ser antecipado aos trabalhadores do Rio Grande do Sul nascidos de setembro a dezembro que regularizaram a situação após 15 de maio. Serão beneficiados 5.426 trabalhadores com recursos de cerca de R$ 5,67 milhões. Em maio e junho, cerca de 760 mil trabalhadores do estado, afetado pelas enchentes do fim de abril e do mês de maio, tiveram o pagamento antecipado.

Neste ano, cerca de R$ 27 bilhões poderão ser sacados. Segundo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o abono salarial de 2024 será pago a 24,87 milhões de trabalhadores em todo o país. Desse total, 21,98 milhões trabalham na iniciativa privada e receberão o abono do PIS e 2,89 milhões de servidores públicos, empregados de estatais e militares têm direito ao Pasep.

O PIS é pago pela Caixa Econômica Federal; e o Pasep, pelo Banco do Brasil. Como ocorre tradicionalmente, os pagamentos serão divididos em seis lotes, baseados no mês de nascimento, no caso do PIS, e no número final de inscrição, no caso do Pasep. Os saques começam nas datas de liberação dos lotes e acabam em 27 de dezembro de 2024. Após esse prazo, será necessário aguardar convocação especial do Ministério do Trabalho e Previdência.

Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos, e que tenha trabalhado formalmente por, no mínimo, 30 dias no ano-base considerado para a apuração, com remuneração mensal média de até dois salários-mínimos. Também é necessário que os dados tenham sido informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O valor do abono é proporcional ao período em que o empregado trabalhou com carteira assinada em 2022. Cada mês trabalhado equivale a um benefício de R$ 117,67, com períodos iguais ou superiores a 15 dias contados como mês cheio. Quem trabalhou 12 meses com carteira assinada receberá o salário-mínimo cheio, de R$ 1.412. (Agência Brasil)

União pagou R$ 5,68 bilhões de dívidas de estados no primeiro semestre



Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 3

Economia brasileira cresceu 0,25% em maio

A economia brasileira cresceu 0,25% em maio, segundo dados do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) divulgado na segunda-feira (15). O IBC-Br é um dos principais sinalizadores do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Com isso, o índice observado em maio ficou em 148,86 pontos. Dessazonalizado, o índice sobe para 149,60 pontos. Em abril, o índice dessazonalizado estava em 149,23.

Na comparação com maio de 2023, quando o índice observado estava em 146,95 pontos (dessazonalizado em 145,93 pontos), a alta chega a 1,3%. No acumulado do ano (janeiro a maio), a alta é de 2,01%; e no dos últimos 12 meses chega a 1,66%.

Além de indicar a expansão da economia, o IBC-Br é também uma das referências adotadas pelo BC para a definição da taxa básica de juros (Selic), que está atualmente em 10,5% ao ano. (Agência Brasil)

Estado de SP abre 5,5 mil vagas para cursos gratuitos com foco em nuvem e IA

Página 2

Esporte

Fernanda Keller e Kathleen Mccartney serão incluídas no Hall da Fama do IRONMAN

O IRONMAN tem o prazer de anunciar que a norte-americana Kathleen McCartney e a brasileira Fernanda Keller serão incluídas no Hall da Fama do IRONMAN® este ano. Uma cerimônia de inclusão está planejada para a semana da prova masculina VinFast IRONMAN World Championship® 2024 em Kailua-Kona, Havaí, e as duas atletas também serão homenageadas durante a prova feminina VinFast IRONMAN World Championship 2024 em Nice, França.

Fernanda Keller se tornou a primeira mulher brasileira a competir e subir ao pódio no IRONMAN World Championship e completou a prova impressionantes 27 vezes, incluindo 23 anos consecutivos entre suas aproximadamente 100 participações em provas do circuito IRONMAN e IRONMAN 70.3. Competindo inicialmente como profissional, Fernanda é a única triatleta no mundo a conquistar por seis vezes o 3º lugar geral, de 1994 a 2000, e somar mais 14 participações entre as dez melhores mulheres nos anos seguintes. Além disso, Fernanda venceu o IRONMAN Brasil por cinco vezes e foi vice-campeã quatro vezes. Keller se tornou um ícone nacional do esporte no Brasil e continua sendo uma das triatletas mais bem-sucedidas de todos os tempos, tendo sido destacada em 2015 como uma das mulheres mais poderosas do esporte pela Forbes. O impacto de Keller no IRONMAN e no esporte feminino continua até hoje. Defensora da saúde mental e do esporte como ferramenta de inclusão social, Fernanda fundou o Instituto Fernanda Keller, que tem o objetivo de atender adolescentes de famílias de baixa renda por meio da educação e da atividade física. Em 2024, o instituto celebra seu 25º ano de operação.

Kathleen McCartney conquistou o título de Campeã Mundial do IRONMAN em sua primeira participação no IRONMAN World Championship em 1982. Como uma estudante universitária de 22 anos da UC Irvine, McCartney ficou famosa ao ultrapassar Julie Moss engatinhando nos últimos 10 metros para conquistar o título do IRONMAN World Championship, ligando para sempre as duas em um dos momentos mais marcantes da história do IRONMAN e do esporte feminino. McCartney completou seis provas IRONMAN World Championship como profissional de 1982 a 1988, inspirando audiências globais com suas performances. Ela continuou a ter um impacto abrangente no esporte como treinadora de triatlo da TriDot, além de completar novamente o IRONMAN World Championship em 2012, no 30º aniversário de sua vitória no campeonato mundial, e em 2018, como parte da celebração dos 40 anos do IRONMAN. Talvez um dos momentos mais marcantes de seus 46 anos de contribuições para o esporte e para o IRONMAN tenha ocorrido em 2017, no IRONMAN World Championship que ela não terminou. McCartney não estava competindo por si mesma naquele ano, pois compartilhou uma jornada com seu amigo próximo Mike Levine, que estava lutando contra um câncer pancreático terminal. Ela ajudou a motivar Mike, passando da aceitação de seu diagnóstico para lutar por viver mais um dia e chegar à largada do IRONMAN World Championship de 2017, provando que, às vezes, é mais sobre a jornada até a largada e a autoconfiança do que sobre o resultado.



Foto/Divulgação

Fernanda *Keller*

"É com grande orgulho que vamos incluir essas duas mulheres incríveis em nosso Hall da Fama do IRONMAN," disse Scott DeRue, Diretor Executivo do The IRONMAN Group. "Kathleen e Fernanda representaram o melhor do IRONMAN por décadas, tanto como competidoras quanto como embaixadoras do esporte. Suas contribuições como atletas profissionais, atletas amadoras, mentoras e porta-vozes demonstraram o verdadeiro significado de abraçar e elevar a comunidade de atletas, fãs e mulheres ao seu redor. Queremos agradecer a Fernanda e Kathleen pelo impacto duradouro no nosso esporte e parabenizá-las pela merecida inclusão no Hall da Fama do IRONMAN. Estamos ansiosos para celebrar com elas ainda este ano."

Fundado em 1993, o Hall da Fama do IRONMAN foi criado para homenagear indivíduos que se destacaram nos mais altos níveis do IRONMAN ou fizeram contribuições extraordinárias para o crescimento da mais famosa série de provas de triatlo do mundo. McCartney e Keller juntam-se a uma lista prestigiada de notáveis atletas e colaboradores, honrados pelo que deram ao esporte do triatlo e ao IRONMAN, tanto dentro quanto fora das competições.

"Realmente dediquei minha vida a este esporte e à divulgação do IRONMAN no Brasil", disse Keller. "Estou orgulhosa de ser mulher porque quando comecei a fazer IRONMAN, todos me diziam que isso não era para meninas. Eu não me via como menina ou menino. Isso se tornou algo que usei como minha força para mostrar que estavam errados. Em poucos anos me tornei campeã nacional e provei que estavam errados; que o triatlo não é apenas para meninos, mas para todos nós. No ano passado, celebrei meu 60º aniversário em Kona e pude ver esse legado enquanto pedalava. É uma grande honra para mim," disse a atleta Fernanda Keller.

"Muito obrigada por esta incrível honra! Desde que cruzei a linha de chegada em 1982, tenho abraçado o estilo de vida IRONMAN e compartilhado as valiosas lições de vida que o IRONMAN me ensinou com meus entes queridos e comunidade. Estou muito emocionada que agora, como parte do Hall da Fama do IRONMAN, terei um novo começo com minha 'Ohana do IRONMAN para retribuir mais, orientar, encorajar e ter mais oportunidades de realizar sonhos no esporte do triatlo e no IRONMAN para as futuras gerações," disse Kathleen McCartney.

SP abre 5,5 mil vagas para cursos gratuitos com foco em nuvem e IA

Moradores do estado de São Paulo que tenham interesse em ingressar na área de tecnologia da informação terão a oportunidade de participar do Qualifica SP – Novo Emprego. O programa, gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), abriu inscrições na segunda-feira (15) para 5,5 mil vagas em cursos gratuitos sobre computação em nuvem e inteligência artificial, em parceria com o Google Cloud, o braço de computação em nuvem do Google.

Ao concluírem os cursos e cumprirem todos os requisitos, os estudantes serão convidados a participar da 'Job Fair – Feira de Oportunidades', evento com ofertas de estágio e emprego que acontecerá em novembro.

Dados da Brasscom, Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais, apontam que, até 2025, serão necessários mais de 500 mil novos profissionais deste segmento no país.

Diante dessa demanda, a iniciativa da SDE vai formar mais de 5 mil profissionais em dois cursos on-line com duração de um mês e meio, realizados em parceria com o Google Cloud e a Fundação Apoio à Tecnologia (FAT). As inscrições devem ser realizadas pelo site www.qualificasp.sp.gov.br até 5 de agosto. Podem participar residentes do estado de São Paulo maiores de 18 anos. Os candidatos deverão realizar testes classificatórios após efetivarem a inscrição. A convocação ocorrerá por e-mail. Em agosto, está prevista uma nova oferta com mais 2,5 mil vagas.

Como são os cursos

O primeiro curso é "Fundamentos de Computação em Nuvem – Google Cloud". Com 3 mil vagas, oferece aos estudantes com pouco ou nenhum conhecimento em computação em nuvem uma visão detalhada dos conceitos que abrangem os fundamentos da nuvem, big data e aprendizado de máquina. São quatro módulos, totalizando 64 horas de curso divididas em 56 horas de conteúdo programático e oito horas de habilidades socioemocionais.

O segundo curso é o "Inteligência Artificial – Google Cloud", com 2,5 mil vagas. Apresenta, em três módulos, um panorama dos conceitos de inteligência artificial generativa, desde os fundamentos de grandes modelos de linguagem até os princípios de responsabilidade. São 50 horas de curso, divididas em 30 horas de conteúdo programático, 12 horas de tutoria e oito horas de habilidades socioemocionais.

Job Fair – Feira de Oportunidades

Ao final de cada módulo dos cursos, será aplicada uma avaliação para obtenção do 'selo de habilidades' do Google Cloud, que representam um reconhecimento da empresa de que a pessoa possui conhecimento naquela habilidade específica.

Os estudantes que conseguirem os selos necessários e tiverem no mínimo 75% de presença nas aulas poderão participar da Job Fair – Feira de Oportunidades, evento virtual com ofertas de estágio e emprego promovido pelo Google Cloud e empresas parceiras, que acontecerá no mês de novembro.

Quatro estações da CPTM recebem ação para inscrição de cursos gratuitos

A CPTM recebe o Programa Rede Daora para inscrições dos cursos profissionalizantes gratuitos. Jovens e adultos de 14 a 29 anos poderão se inscrever, das 14h30 às 17h, em diferentes estações da companhia. A ação acontece em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo e tem como objetivo promover a qualificação profissional para diversos públicos e proporcionar oportunidades de desenvolvimento em várias áreas de atuação.

Na terça-feira (16), as inscrições acontecerão na Estação Tatuapé, onde a equipe da Rede Daora também realizará um pocket show com DJ com duração de 1 hora para demonstração dos cursos. Na quarta-feira (17), a atividade será na Estação Engenheiro Goulart, seguida pela Estação São Miguel Paulista na quinta (18). Por fim, na sexta-feira (19), as inscrições irão ocorrer na Estação Jardim Helena – Vila Mara.

Os cursos disponíveis para inscrição são: Locutor, Criação Musical, DJ, Visagismo para cabelo e maquiagem, Fotografia, Marketing Digital, Design e Desenvolvimento de Jogos 2D e Programação Web.

"Esta é uma excelente oportunidade para jovens e adultos se qualificarem profissionalmente com cursos gratuitos, oferecidos em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura da cidade de São Paulo", destaca Rodrigo Pontes, gerente de Marketing da CPTM.

Ações de Cidadania

Todas as iniciativas são realizadas com o apoio da CPTM, que abre espaços em suas estações para a realização de atividades ligadas a promoção do bem-estar de seus passageiros.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos é uma operadora de transporte ferroviário de passageiros, com 1,6 milhão de passageiros transportados por dia útil. Diariamente, os trens percorrem cerca de 65 mil km, ou uma volta e meia em torno da Terra, em quase 1.800 viagens programadas. Juntas, as cinco linhas da CPTM somam 196 km de extensão, dos quais 95 km estão na capital paulista, que também conta com 26 estações do total de 57. A CPTM atende os moradores de 18 municípios, incluindo a capital.

CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Fundado em 1560, o atual parlamento paulistano era Poder Legislativo, Executivo [não havia prefeitura] e Judiciário. Se alguém matasse um vereador [eram eleitos só pelos "homens bons"], seria preso, sentenciado e até enforcado

.

PREFEITURA (São Paulo)

O caso da tentativa de assassinato do ex-presidente Trump (Republicanos - EUA) já aumenta a preocupação do PSDB com possível atentado do crime organizado ao candidato Datena. Ele afirmou que não usará colete a prova de bala

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados dos partidos [das direitas] já se mobilizam pra pedir que brasileiros que trabalham, estudam e moram nos EUA ajudem a fazer campanha pela eleição do agora sobrevivente [à tentativa de assassinato] Trump em novembro 2024

.

GOVERNO (São Paulo)

O capitão [na reserva] do Exército considera que a tentativa de assassinato do Trump nos EUA vai ajudar na possível reeleição do prefeito Nunes (MDB), via adoção das políticas de Segurança Pública que tão no programa de governo

.

CONGRESSO (Brasil)

Senadores e deputados federais conservadores [das direitas] reeleitos e eleitos - via "efeito facada" que ajudou a eleger Bolsonaro (hoje no PL) 2018 - já se manifestam pela eleição do sobrevivente [tentativa de assassinato] Trump nos EUA

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ao comparar Lula e Biden [sobre reeleições], projetamos ambos com 81 anos. Biden já na eleição nos EUA e Lula terá nas eleições 2026. Quanto aos tiros que não mataram Trump, são bem diferentes da facada no Bolsonaro 2018

.

PARTIDOS (Brasil)

Comparações dos nossos partidos com o Republicano do Tramp e o Democrata do Biden nos EUA são absurdas. Lá, o voto não é obrigatório e as propagandas são pagas com dinheiro dos próprios candidatos e de doadores pros partidos

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Outra comparação absurda [da política dos EUA com o Brasil] é não considerar que por lá não existe uma Justiça Eleitoral com as que existem por aqui [desde 1932]; hoje com Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais regionais nos Estados

.

ANO 32

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual nesta coluna de política. Na imprensa (Brasil) desde 1993, recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@cesarneto.com

A PALAVRA - "Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração, e encontrareis descanso para a vossa alma" **Mateus 11:29**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Posto de Atendimento ao Trabalhador seleciona 400 vagas no centro de SP

Nesta terça-feira (16), das 9h às 15h, o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), serviço da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em parceria com o Grupo Muffato, promoverá processo seletivo com 417 vagas de emprego para diversos públicos. A seleção ocorrerá no 2º subsolo do Edifício Cidade I, no centro histórico de São Paulo.

A oferta possui oportunidades na capital paulista (Lapa, Interlagos e Butantã) e nos municípios de Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André e Mogi das Cruzes. É uma ação afirmativa que acolhe todos os públicos, principalmente pessoas 60+, pessoas com deficiência (PcDs), comunidade LGBT+ e estrangeiros com fluência em português.

Todas as vagas contam com salário piso da categoria, benefícios (refeição no local, vale-transporte, entre outros), escala de trabalho 6X1 (horário a combinar) e não exigem experiência. Os cargos disponíveis variam de acordo com o nível de escolaridade exigido. Confira abaixo:

– **Ensino fundamental incompleto**: auxiliar de limpeza; auxiliar de açougue; e açougueiro.

– **Ensino médio incompleto:** operador de caixa; repositor; recepcionista; balconista de padaria; agente de prevenção e perdas; ajudante de armazenamento; e conferente de mercadoria.

– **Ensino médio completo:** operador de empilhadeira; eletricista; e auxiliar financeiro.

Os interessados devem comparecer no local com RG, CPF e currículo (se tiver). Após a contratação a empresa vai realizar treinamentos e formações por meio da Universidade Corporativa do Super Muffato (Uniffato). A seleção será realizada com o apoio das equipes do programa Pró-Egresso e do Polo de Empregabilidade Inclusiva (PEI).

Os PATs contam com mais de 230 unidades, presentes em todas as regiões do estado, inclusive em unidades do Poupatempo. Consulte a unidade mais próxima no link: https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/pats/.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), pasta do Governo do Estado de São Paulo, exerce papel fundamental para a reindustrialização e atração de investimentos com foco na geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Além disso, conta com programas de capacitação profissional, ações de fomento ao empreendedorismo, que incluem linhas de microcrédito do Banco do Povo. Tem como instituições vinculadas a InvestSP, a Desenvolve SP e a Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp).

Programa Vizinhança Solidária aproxima Polícia Militar da comunidade em São Paulo

O programa Vizinhança Solidária (PVS) existe desde 2018, de acordo com a Lei nº 16.771, e tem como principal objetivo facilitar a comunicação voluntária e aumentar a sensação de segurança da população. No estado de São Paulo, 316 municípios contam com 4,7 mil grupos ativos que participam das reuniões e ajudam a aumentar o monitoramento, prevenindo que crimes aconteçam nas regiões.

Para fazer parte do programa, é preciso ir até uma base da Polícia Militar e reunir os moradores da vizinhança para que a instituição faça o cadastro. O programa conta com um tutor de cada região, inserido em um grupo de mensagens com os vizinhos, que ajudam a monitorar as ruas e outro com os policiais que vão ao local quando são chamados.

A tutora Samira da Silva trabalha como terapeuta e faz parte do programa desde 2021. Ela é uma das moradoras que incentivaram a implementação do projeto na Vila Anhanguera, em Mongaguá, no litoral paulista. "Ano passado, a minha vizinha ligou, dizendo que o alarme da casa dela tinha disparado e que por meio das câmeras ela viu dois suspeitos que tentavam roubar materiais de construção e fios de energia. Eu imediatamente avisei aos policiais, que encontraram e prenderam um dos homens ainda na casa", disse. "É importante que a polícia seja acionada antes que o criminoso possa agir", completou.

A ideia do projeto surgiu em 2009, inspirado por um modelo de segurança internacional da Inglaterra, e passou a ser implantada em 2012 no bairro Itaim Bibi, na zona oeste da capital paulista.

A cada três meses, reuniões são feitas para discutir as ações que podem ser adotadas e para que os PMs fiquem informados sobre o que mais pode ser feito para melhorar o policiamento. A iniciativa aproxima a população da Polícia Militar e cria uma rede de apoio. Placas com o símbolo do programa e câmeras de segurança são instaladas pelos moradores para identificar onde o projeto está ativo, o que ajuda a aumentar a sensação de segurança da comunidade.

O cabo Marcio Ferreira está na PM há 23 anos e trabalha desde 2019 no programa. Hoje, ele já é responsável pela administração de 12 grupos. "A troca de informações com a população faz com que a gente aja de forma mais rápida, frustrando a ação criminosa", observou. "Conhecer os moradores e permitir que eles nos ajudem com informações das câmeras de segurança auxilia muito nas apreensões. É uma ótima iniciativa que aumenta a sensação de segurança."

A ação também ajuda a população nas denúncias sobre falta de iluminação, terrenos baldios, buracos nas ruas, imóveis ou veículos abandonados.

Estado tem mais de 17 mil vagas de emprego abertas

O estado de São Paulo tem atualmente 17.944 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador – os PATs, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 8.132 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 9.352 postos disponíveis, e no litoral, 460.

Além da região metropolitana de São Paulo, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 3.685 oportunidades de emprego; e a de Sorocaba, com 2.710.

Elas são seguidas pelas regiões do Vale do Paraíba, que tem 673 vagas disponíveis; pela de Araçatuba, com 425; e São José do Rio Preto, com 391 oportunidades abertas.

Ao todo, são mais de 500 profissões com vagas disponíveis. As ocupações com o maior número de postos abertos são as de auxiliar de logística, alimentador de linha de produção, agente de vendas de serviços e faxineiro. Os números de vagas de emprego são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a orientação para emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, você pode acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

Jornal O DIA SP

União pagou R$ 5,68 bi de dívidas de estados no primeiro semestre

O Tesouro Nacional pagou, no primeiro semestre, R$ 5,68 bilhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R$ 2,39 bilhões, é relativa a atrasos de pagamento do governo do estado do Rio de Janeiro. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R$ 2,12 bilhões de Minas Gerais e R$ 711,28 milhões do Rio Grande do Sul.

A União também cobriu, de janeiro a junho, R$ 454,74 milhões de dívidas de Goiás. No mesmo período, o governo federal pagou dívidas em atraso de dois municípios: R$ 35,17 milhões de Taubaté (SP) e R$ 70 mil de Santanópolis (BA).

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na segunda-feira (15) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

Em junho, a União quitou R$ 1,48 bilhão de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R$ 733,32 milhões couberam ao estado do Rio de Janeiro; R$ 611,53 milhões a Minas Gerais; R$ 76,88 milhões a Goiás e R$ 63,49 milhões ao Rio Grande do Sul. Também no mês passado, o governo federal honrou os débitos dos dois municípios citados anteriormente.

Diminuição

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro caiu em 2024. Em 2023, além dos estados acima, a União honrou garantias do Maranhão, de Pernambuco, do Piauí e do Espírito Santo.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

RRF

Nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Posteriormente, a corte mediou negociações para a inclusão ou a continuidade de governos estaduais no regime de recuperação fiscal (RRF), que prevê o parcelamento e o escalonamento das dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos. Nos últimos anos, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fecharam acordos com o governo federal.

No início da pandemia da covid-19, a corte concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não foram executadas por causa de liminares concedidas pelo Supremo.

Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao RRF, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. No fim de 2020, o ministro Luiz Fux, do STF concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal. Em junho do ano passado, o estado, em acordo mediado pelo STF, concluiu as negociações com a União para continuar no RRF.

Também em junho de 2022, o Rio Grande do Sul fechou acordo com a União e teve o plano de recuperação fiscal homologado. O plano permite que o estado volte a pagar, de forma escalonada, a dívida com a União, cujo pagamento estava suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal desde julho de 2017. Em troca, o governo gaúcho deverá executar um programa de ajuste fiscal que prevê desestatizações e reformas para reduzir os gastos locais.

Por causa das enchentes no estado, em maio a União suspendeu o pagamento da dívida por 36 meses. Além disso, os juros que corrigem a dívida anualmente, em torno de 4% ao ano mais a inflação, serão perdoados pelo mesmo período. O estoque da dívida do estado com a União está em cerca de R$ 100 bilhões e, com a suspensão das parcelas, o estado disporá de R$ 11 bilhões a serem utilizados em ações de reconstrução.

Em maio de 2020, o STF autorizou o governo de Goiás a aderir ao pacote de recuperação fiscal em troca da adoção de um teto de gastos estadual. Em dezembro de 2021, Goiás assinou a adesão ao RRF, que permite a suspensão do pagamento de dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos.

Minas Gerais

O único estado endividado a não ter aderido ao RRF é Minas Gerais. Em abril de 2024, o ministro Nunes Marques, do STF, prorrogou por 90 dias o prazo para o estado pagar as dívidas com a União. No sábado (13), o Supremo intimou o governador Romeu Zema e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a explicar a situação fiscal do estado, cuja dívida está em torno de R$ 165 bilhões.

Em julho de 2022, Nunes Marques concedeu liminar que permite ao estado negociar um plano de ajuste com a União sem a necessidade de reformar a Constituição estadual. No mesmo mês, o Tesouro Nacional publicou uma portaria autorizando o governo mineiro a elaborar uma proposta que oficialize o ingresso no programa.

Atualmente, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais analisa um projeto de lei do RRF estadual. Em novembro do ano passado, o governo concordou com a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de federalizar as estatais locais para pagar as dívidas do estado com a União.

A demora do projeto, no entanto, levou o estado a pedir, mais uma vez, a prorrogação do prazo para aderir ao RRF. A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo que condicione uma nova extensão da data à volta do pagamento da dívida com a União. (Agência Brasil)

Junho registra desaceleração da inflação para todas as faixas de renda

Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado na segunda-feira (15), mostra que a inflação de junho ficou abaixo da registrada em maio para todas as faixas de renda. Os dados mostram que o grupo que exerceu a maior pressão inflacionária foi o de alimentos e bebidas.

O grupo de saúde e cuidados pessoais também teve peso significativo para todas as classes de renda.

O Indicador Ipea de Inflação por faixa de renda é divulgado mensalmente. O levantamento considera seis categorias de renda domiciliar: muito baixa (menor que R$ 2.105,99), baixa (entre R$ 2.105,99 e R$ 3.158,99), média-baixa (entre R$ 3.158,99 e R$ 5.264,98), média (entre R$ 5.264,98 e R$ 10.529,96), média-alta (entre R$ 10.529,96 e R$ 21.059,92) e alta (maior que R$ 21.059,92).

A maior desaceleração foi sentida entre as famílias de renda alta. A inflação de junho para esta faixa foi de 0,04%. Em maio, havia sido de 0,46%. De acordo com o Ipea, elas foram favorecidas pela queda das tarifas aéreas (-9,9%) e dos transportes por aplicativo (-2,8%).

Já as maiores variações ocorreram nas faixas de renda baixa e muito baixa, ambas com 0,29%. Em maio, a inflação para estes dois grupos também foi igual, em 0,48%.

No acumulado do ano, a menor variação é de 1,64% para as famílias de renda alta. Já a maior, de 2,87%, foi observada para as famílias de renda muito baixa. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e usado como índice oficial da inflação no país, registra uma variação de 2,43% desde o início do ano.

De outro lado, considerando os dados acumulados nos últimos 12 meses, a menor variação ocorre para as famílias de renda muito baixa: a taxa inflacionária é de 3,66%. Já as famílias de renda alta acumulam a maior inflação dos últimos 12 meses: 4,79%.

Alimentos e bebidas

No mês de junho, no grupo dos alimentos e bebidas, foram registrados preços mais elevados no arroz (2,3%), nos tubérculos (2%) e nos leites e derivados (3,8%). No entanto, houve deflação para frutas (-2,6%), carnes (-0,47%) e aves e ovos (-0,34%).

Já no grupo saúde e cuidados pessoais, que também exerceu pressão inflacionária, os reajustes mais influentes foram os de produtos farmacêuticos (0,52%) e de higiene pessoal (0,77%), além dos serviços médicos, como hospital e laboratório (1,0%) e planos de saúde (0,37%). (Agência Brasil)

Mercado reduz previsão da inflação de 4,02% para 4% em 2024

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve redução, passando de 4,02% para 4% este ano. A estimativa está no Boletim Focus da segunda-feira (15), pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Já para 2025, a projeção da inflação subiu de 3,88% para 3,9%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de inflação, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. Em junho deste ano, o colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em junho, influenciada principalmente pelo grupo de alimentação e bebidas, a inflação do país foi 0,21%, após ter registrado 0,46% em maio. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,23%.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o BC interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Na última reunião, em junho, por unanimidade, o colegiado manteve a Selic nesse patamar após sete reduções seguidas.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9% ao ano, para os dois anos.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,1% para 2,11%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,97%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%. (Agência Brasil)

Paraná é segundo colocado no VII Prêmio Queijo Brasil, com 129 premiações

O Paraná teve 129 queijos premiados no VII Prêmio Queijo Brasil realizado entre os dias 11 e 14 de julho, em Blumenau (SC). Eles foram produzidos por 41 pessoas ou empresas familiares diferentes. Este ano houve 1.542 queijos artesanais inscritos, produzidos em 266 cidades de 20 estados brasileiros. O Paraná ficou na segunda colocação em premiação, atrás de Minas Gerais, que arrebatou 363 prêmios.

Ano passado. o Paraná teve 60 queijos artesanais premiados com medalhas de ouro, prata e bronze entre as 1.045 amostras apresentadas por todo o Brasil. Eles tinham sido produzidos por 21 pessoas ou empresas familiares diferentes.

“O crescimento observado de um ano para o outro é uma boa sinalização de que há grande potencial para nos tornarmos fortes também na produção de queijos e outros derivados lácteos tanto em ambiente industrial quanto artesanal”, salientou o secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Natalino Avance de Souza. “Agregar cada vez mais valor a esse nobre produto é um dos objetivos do Estado”.

Na edição deste ano, o Prêmio Queijo Brasil também escolheu a melhor queijaria de cada um dos estados. No Paraná, a vitoriosa foi a Cooperativa Agroindustrial Witmarsum, de Palmeira, nos Campos Gerais.

O diretor de operações da cooperativa, Rafael Wollmann, disse que o prêmio foi o coroamento do trabalho realizado e não escondeu o orgulho pela premiação. “Acredito que não há alegria maior do que ter nossos 12 queijos produzidos como medalhistas em concurso reconhecido nacional e internacionalmente”, afirmou.

“Só neste ano nossa receita autoral queijo Witmarsum Natural conquistou ouro nos dois campeonatos no qual foi inscrito. Isso demonstra não só para o consumidor, mas também para nossos cooperados e colaboradores o valor da nossa terra, o valor do nosso trabalho e a força do cooperativismo paranaense”, enfatizou.

Um dos grandes incentivos para a produção de queijos no Paraná foi a criação em 2021 da Rota do Queijo, que passou a integrar o turismo rural, tendo a produção e a divulgação do queijo artesanal como principais atrativos.

Também ajudou na profissionalização a instituição do Prêmio Queijos do Paraná, que abrirá as inscrições para mais uma etapa em 18 de setembro. Para se chegar à qualidade necessária à premiação, o Estado e parceiros da iniciativa privada oferecem dezenas de ações de capacitação.

O objetivo do prêmio é valorizar e divulgar a qualidade das queijarias paranaenses, com foco na excelência da produção e na diversidade de produtos. O Prêmio Queijos do Paraná é promovido por um comitê gestor formado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), Sistema Faep/Senar, Sebrae-PR, Sindileite-PR e Sistema Fecomércio-PR.

No final de 2022 a região Sudoeste do Paraná também iniciou o Inova Queijo, evento anual que tem o apoio do Governo do Estado e visa levar informações técnicas para melhorias desde a produção até a entrega ao consumidor final.

Também tem contribuído para melhor divulgação e aumento de renda aos produtores de queijo artesanal no Estado a adesão de municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf). Até o momento, 147 municípios já aderiram.

A adesão municipal ao sistema possibilita que estabelecimentos interessados em vender produtos agroindustrializados de origem animal possam comercializar fora dos limites municipais com a anuência do Sistema de Inspeção Municipal. Para isso as agroindústrias seguem protocolos de autocontrole higiênico-sanitário.

O Governo do Estado oferece ainda apoio aos pecuaristas de leite, agroindustriais e pequenas cooperativas por meio do Banco do Agricultor Paranaense. Por ele é possível realizar investimentos com vistas à produção de queijos e outros derivados do leite, e o Estado ajuda no pagamento de parte dos juros.

Na edição deste ano chamou a atenção dos organizadores o crescimento no número de inscritos de estados até então pouco representados neste tipo de ação. O Rio de Janeiro, por exemplo, teve 128% a mais de inscrições, enquanto Amazonas e o Sergipe entraram na Seleção Queijista pela primeira vez. O Prêmio Queijo Brasil é uma co-realização da Associação Comer Queijo com produção da Scalco Produções. (AENPR)

Jornal O DIA SP

Vítimas de tragédias esperam solução após audiência na OEA

O pedido para que o Brasil seja cobrado a apresentar respostas no âmbito judicial e legislativo deu o tom das intervenções das vítimas de tragédias que participaram da audiência realizada na sexta-feira (12) pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ocasião, estiveram em pauta cinco episódios: os rompimentos das barragens em Mariana (MG) e em Brumadinho (MG), os incêndios da Boate Kiss e o Ninho do Urubu e o afundamento de bairros em Maceió.

Essas tragédias, que juntas geraram mais de 500 mortes e deixaram centenas de feridos e desabrigados, são decorrentes da exploração de atividades econômicas privadas e, até o momento, não resultaram em nenhuma responsabilização na esfera criminal. O assunto foi discutido no 190º Período de Sessões, que teve início no dia 8 de julho e se encerra na próxima sexta-feira (19).

Nessa fase, a CIDH realiza ao todo 34 audiências públicas. O propósito é receber informações sobre a situação de direitos humanos com relação a temáticas variadas que afetam países específicos ou todo o continente.

"Solicitamos que a comissão inste o Estado brasileiro a restaurar ou reabrir processos penais ou administrativos, estabelecer um efetivo controle social sobre a atividade do Ministério Público e dos órgãos de fiscalização e análise de riscos e conceber uma legislação específica para casos de tragédias coletivas e de grande impacto social prevendo mecanismos de prevenção e responsabilização", disse, na audiência, a advogada Tâmara Biolo Soares, representante da defesa das vítimas.

Seu discurso foi o primeiro a ser proferido e apresentou as principais reivindicações na esfera penal. Ela também estranhou a falta de denúncias contra agentes públicos. Segundo ela, além das responsabilidades de empresários, há flagrantes responsabilidades do Estado.

"A Boate Kiss no Rio Grande do Sul foi multada pela prefeitura de Santa Maria por três vezes por irregularidades e nunca apresentou todos os alvarás que necessitava para funcionar. Mas nunca foi impedida de funcionar. O Flamengo foi multado 31 vezes pela prefeitura do Rio de Janeiro por irregularidades. Mas seu centro de treinamentos apenas foi fechado um dia após a tragédia. A Agência Nacional de Mineração e as secretarias de Meio Ambiente de Minas Gerais e de Alagoas tinham pleno conhecimento dos riscos indevidos das barragens em Mariana e Brumadinho e da extração de sal-gema em Maceió. Mesmo assim permitiram a continuidade das operações", afirmou Tâmara.

A advogada também fez críticas ao sistema penal brasileiro. "Em nenhum desses cinco casos, há qualquer autoridade pública respondendo judicialmente por sua ação. Não porque não exista responsabilidade, e sim porque foram excluídas do escrutínio judicial. O problema é que, quando o Ministério Público decide não processar, ninguém mais no Brasil tem legitimidade ativa para interpor ações contra essas autoridades públicas. O que nós temos é uma lacuna gravíssima no acesso à Justiça que precisa ser reformada, ampliando o papel das vítimas no processo penal brasileiro", avaliou.

Em diversos pronunciamentos, as vítimas criticaram a limitação dos processos reparatórios, que seriam responsáveis por gerar sofrimento emocional e adoecimento, e avaliaram que a situação das ações penais gera um cenário de impunidade. Houve reclamações relacionadas com trancamentos, com arquivamentos, com concessões de *habeas corpus* e com o excesso de paralisações por questões processuais que atrasam ou impedem que o mérito dos casos seja julgado.

Com base na audiência, a comissão pode emitir recomendações aos estados e, persistindo a situação, pode também levar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que realiza julgamentos à luz dos tratados internacionais. As decisões são de cumprimento obrigatório, tendo em vista que o Brasil reconheceu em 1998 a competência contenciosa do tribunal.

Um exemplo é a condenação imposta ao Estado brasileiro em 2018 devido à falta de garantia de justiça envolvendo chacinas ocorridas durante ações policiais na comunidade Nova Brasília, na zona norte do Rio de Janeiro, em 1994 e 1995. Os episódios deixaram 26 mortos. Conforme a sentença, o país foi obrigado a reabrir as investigações e a indenizar 80 pessoas, entre familiares de mortos e sobreviventes que foram torturados.

O caso se tornou emblemático por ter sido a primeira condenação do país no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos. No entanto, apesar do processo criminal ter sido reaberto, ninguém foi condenado.

Na audiência, as vítimas fizeram uma breve exposição sobre os impactos e sobre a situação dos processos penais de cada caso. Após nove anos do incêndio da Boate Kiss, que deixou 242 mortos e mais de 600 feridos em Santa Maria (RS), em 2013, houve finalmente a condenação de quatro pessoas por um tribunal de júri. Elas chegaram a ser sentenciadas a 18 anos de prisão. No entanto, seis meses depois, a decisão foi anulada atendendo pedidos dos advogados dos acusados, que apontaram nulidades no processo. Atualmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) avalia um recurso do Ministério Público Federal (MPF), que pede que as sentenças sejam restabelecidas.

"Esses jovens, muitos deles heróis que tentaram salvar amigos e deram suas vidas por outras, não merecem esse desprezo da Justiça", disse Paulo Carvalho, que perdeu seu filho Rafael Carvalho. Atualmente ele é diretor jurídico da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM).

Paulo lembra que a Polícia Civil chegou a indiciar autoridades públicas, inclusive um promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) por omissão. No entanto, o Ministério Público não ofereceu denúncia contra essas pessoas. Paulo também relatou que pais de vítimas foram processados após criticarem a conduta dos promotores que participaram do caso.

Na tragédia de Minas Gerais - ocorrida em 2015 - uma barragem da mineradora Samarco, situada na zona rural de Mariana, se rompeu causando 19 mortes e gerando impactos socioambientais em dezenas de municípios mineiros e capixabas na Bacia do Rio Doce. A maioria dos denunciados obteve decisões favoráveis que lhe retiraram a condição de réus e os poucos que ainda figuram no processo criminal após oito anos não respondem mais por homicídio.

"Não há participação efetiva dos atingidos em nenhum processo da reparação. É possível dizer que o Estado não respeita nossa dor", criticou Mônica dos Santos, integrante da comissão dos atingidos do distrito de Bento Rodrigues, uma das comunidades destruída no episódio. Segundo ela, as condições de vida das famílias não têm sido levadas em conta. Mônica relatou que não há espaço nem disponibilidade de água na nova comunidade construída para reassentar as vítimas, o que inviabiliza a criação de animais e o cultivo de hortas.

O rompimento de outra barragem em 2019, na cidade de Brumadinho (MG), causou a perda de 272 vidas. Tendo em vista que a maioria das vítimas trabalhava na mina onde ocorreu o colapso, o episódio se tornou o maior acidente trabalhista do país.

A estrutura era da Vale, mineradora que também estava envolvida na tragédia de 2015. Ela é uma das duas acionistas da Samarco, ao lado da angloaustraliana BHP Billiton. As famílias dos atingidos vêm manifestando indignação contra o habeas corpus recentemente concedido ao ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, que o livrou de processo criminal. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0006464-26.2017.8.26.0008. Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Requerente: LNG Imp. e Exp. Autopeças Ltda. Requerido: Ozirema Aparecida Damaceno e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0006464-26.2017.8.26.0008**. A MM. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dra. MÁRCIA CARDOSO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a OZIREMA APARECIDA DAMACENO, CPF 798.528.158-49, que foi instaurado o Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, por parte de LNG Imp. e Exp. Autopeças Ltda, requerendo sua inclusão, bem como, de Wilson Alves Pereira Filho, no polo passivo dos autos do Cumprimento de Sentença em Procedimento Comum Cível nº 0005038-13.2016.8.26.0008, movido em face de Central de Peças - Copeças Comércio de Peças para Caminhões e Carretas Ltda, CNPJ: 07.534.009/0001-21, visando a responsabilização pelo débito em aberto, alegando em síntese, o encerramento das atividades da empresa executada no endereço de registro, a ocorrência de abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, nos termos do artigo 135, do Código de Processo Civil, querendo, manifeste-se e requeira as provas cabíveis. Ciente que no silêncio, lhe será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de junho de 2024. 16 e 17/07/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1014479-36.2018.8.26.0006. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Mine Mercado Ecológico's Ltda Epp. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1014479-36.2018.8.26.0006**. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dra. Adaisa Bernardi Isaac Halpern, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Mine Mercado Ecológico's Ltda Epp (CNPJ. 20.040.0153/0001-70), que Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 14.347,45 (junho de 2019), representada pelas Notas Fiscais n°s NF 003.545.855, NF 003.545.856, NF 003.545.857, NF 003.556.097, NF 003.556.098, NF 003.556.099, NF 003.574.972, NF 003.574.973 e NF 003.545.854. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de junho de 2024. 16 e 17/07/2024

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1002831-92.2023.8.26.0003 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral Requerente: Personalglobal Assessoria Academica Eireli Requerido: Marcelo Cereio do Prado Junior EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 1002831-92.2023.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 17ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIANA BIAGIO LAQUIMIA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCELO CEREJO DO PRADO JUNIOR, CPF 401.263.258-20, com endereço à Rua Doutor Vicente Giacaglini, 332, Vila Bela, CEP 03203-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Personalglobal Assessoria Academica Eireli. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que**, **ANTONIO CARLOS DE MORAES, brasileiro, separado consensualmente, aposentado, RG nº 11.900.046-5-SSP/SP, CPF nº 031.746.668-21**, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Professora Edmeia Attab nº 73, Jardim Patente Novo, **fica intimado a purgar a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 07/09/2023 a 07/06/2024, no valor de R$5.418,52 (cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$5.434,80 (cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), que atualizado até 22/08/2024, perfaz o valor de R$6.982,54 (seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos),** cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 632, apartamento nº 38, localizado no 3º pavimento da Torre 02 do Empreendimento Fit Jardim Botânico I, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 3 na matrícula nº 199.665. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 15 de julho de 2024. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, RAFAEL BARRETO ROCHA,** brasileiro, solteiro, maior, porteiro de edifício, ascensorista, garagista e faxineiro, RG nº 665290883-SSP/SP, CPF nº 072.827.045-54, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Tobias Barreto nº 64, apartamento nº 41, Moóca, fica **intimado a purgar a mora referente a 22 (vinte e dois) prestações em atraso, vencidas de 20/09/2022 a 20/06/2024, no valor de R$20.474,37 (vinte mil, quatrocentos e setenta e quatro reais, e trinta e sete centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$20.791,35 (vinte mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos), que atualizado até 19/08/2024, perfaz o valor de R$25.144,46 (vinte cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos),** cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 951, apartamento nº 07, localizado no pavimento térreo do Bloco 02 do Empreendimento Residencial denominado Parque Botânico I – Quaresmeira, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 708 na matrícula nº 235.836, transportada pela Av.1 na matrícula nº 235.836. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 15 de julho de 2024. O Oficial.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0005227-25.2024.8.26.0003** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MINARI PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 37894770000135, DANIEL MINARI, CPF 28180242854, e VILA ATELIE EIRELI, CNPJ 05370071000108, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Mirian Mayumi Abe. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 21.787,72 (01/15/2024), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |16,17|

EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1041346-39.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Heloisa Assunção Pereira Pandini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CARLOS ENRIQUE DE ARAUJO, Brasileiro, Casado, Empresário, RG 323801158, CPF 22140681800, com endereço à Rua Rotary Club, 91, Jardim Marister, CEP 01232-183, Jacareí - SP, que lhe foi proposta uma ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança por parte de Renato Luzado Martins, para cobrança de R$ 2.777,00 (junho/2022), referente à locação de imóvel comercial situado na Rua Giuseppe Bosch nº 546, Jardim Miriam, devidamente atualizado e acrescido das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se edital para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste a ação ou peça a purgação da mora, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |16,17|

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1014500-12.2018.8.26.0006. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Rota 27 Comercial de Alimentos Eireli, rep legal JOSÉ MERCEDES PEREIRA. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1014500-12.2018.8.26.0006**. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dra. Adaisa Bernardi Isaac Halpern, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Rota 27 Comercial de Alimentos Eireli (CNPJ. 27.548.180/0001-15), que Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 19.116,21 (junho de 2019), representada pelas Notas Fiscais n°s 003.685.253, 003.685.254 e 003.685.255-15. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de junho de 2024. 16 e 17/07/2024

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº **1098784-25.2019.8.26.0100**O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Fernanda Perez Jacomini,na forma da Lei,etc. FAZ SABER a(o) Joaquim Pinheiro,Benedito Borges Monteiro,Guiomar Durao Maia Marks,Orlando Marks,Marco Aurelio Durao Maia,Iara Durao Maia,Divanira Durao Maia,Neide Durao Maia,SAIR-Sociedade Comercial Ltda(atial denominação de Sociedade Anonima Imobiliaria Reurbanizadora),Marli Cavalcante e Margarida Serafim Pinheiro,réus ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Marcia Barbosa Guedes Barros e Wagner da Silva Marques Barros ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Avenida Imirim,nº4.349,Vila dos Andrades,Subdistrito de Vila Nova Cachoeirinha,São Paulo/SP,CEP:02465-500,alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15(quinze) dias úteis,a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |16,17|

Edital de Convocação

A Associação Cemitério dos Protestantes, entidade mantenedora do ***Cemitério da Paz,*** situado nesta Capital à Rua Dr. Luiz Migliano, 644 – Jd. Morumbi, convoca os titulares ou sucessores das concessões de sepulturas, relacionadas abaixo, para comparecerem ao escritório central da ***Associação*** na Rua Teodoro Sampaio, 417 Conjunto 62, Pinheiros, Capital, Tel. 3081-3311, em horário comercial, para a regularização da concessão da sepultura no prazo máximo de 30 dias a partir desta publicação. O não atendimento ao presente edital caracteriza o abandono da sepultura, acarretando na perda da concessão e na exumação (ões) do(s) restos mortais lá sepultado(s), conforme estabelecido no **Decreto nº 59.196 de 29 de Janeiro de 2020.** CELSO BAETA DA ROCHA **- Quadra:** 001-A **- Sepultura:** 014 / MARIA DE LOURDES BARCELOS **- Quadra:** 003 **- Sepultura:** 002 / CELINA RIBEIRO DE BARROS MARTINS **- Quadra:** 005-A **- Sepultura:** 019 / JOSE CAPEL MOLINA **- Quadra:** 005-A **- Sepultura:** 033 / DULCE DIAS DE CASTRO **- Quadra:** 006-A **- Sepultura:** 069 / PATRICIA MURIEL TRUMAN **- Quadra:** 006-B **- Sepultura:** 006 / WALDEMAR ORTIZ **- Quadra:** 007 **- Sepultura:** 024 / HENRIK SZULC **- Quadra:** 007-A **- Sepultura:** 048 / MARIO VIEIRA DA SILVA **- Quadra:** 008 **- Sepultura:** 059 / HELMUT MEHLER **- Quadra:** 008 **- Sepultura:** 067 / NORTON LUIZ PONZI **- Quadra:** 008-A **- Sepultura:** 026 / ADRIANA DIAS ROCHA **- Quadra:** 008-A **- Sepultura:** 121 / NEUZA MARIA BIAFORA ARENDS **- Quadra:** 009 **- Sepultura:** 021 / MARIANO SIMON BRIANI **- Quadra:** 01 **- Sepultura:** 60 / ADRIANA OLIVEIRA STANOSKI **- Quadra:** 012 **- Sepultura:** 033 / FRANCESCO DI CIANNI **- Quadra:** 012-A **- Sepultura:** 105 / LEONEL FERNANDES DA SILVA **- Quadra:** 013 **- Sepultura:** 049 / YOU KIKUCHI **- Quadra:** 013 **- Sepultura:** 064 / ALICE FERREIRA DE MENEZES **- Quadra:** 014 **- Sepultura:** 079 / JOAO FERREIRA (2) **- Quadra:** 015-A **- Sepultura:** 040 / MARIA DAS DORES DE FREITAS **- Quadra:** 016 **- Sepultura:** 003 / IVONE FRACCHETTA CALDAS **- Quadra:** 016 **- Sepultura:** 031 / CESARINA BORSI THUDICHUM **- Quadra:** 017 **- Sepultura:** 028 / CARLOS BAUER FILHO **- Quadra:** 017 **- Sepultura:** 118 / ZILDA TEIXEIRA COELHO **- Quadra:** 017-B **- Sepultura:** 002 / ANNA SCHULZ **- Quadra:** 018 **- Sepultura:** 051 / ROGELIO RAMIREZ DE VICENTE **- Quadra:** 018 **- Sepultura:** 087 / ROSALIA SZABO **- Quadra:** 018 **- Sepultura:** 099 / CARMOSINA BISPO DANTAS DE LUCCI **- Quadra:** 018-A **- Sepultura:** 018 / PAULO MARIANO DA SILVA **- Quadra:** 018-A **- Sepultura:** 041 / ANTONIO ANGELO DOS SANTOS **- Quadra:** 018-B **- Sepultura:** 014 / JOSE JOAQUIM SARAIVA **- Quadra:** 020-A **- Sepultura:** 002 / ODETTE GOLDMANN **- Quadra:** 021 **- Sepultura:** 027 / EUNICE RIBEIRO **- Quadra:** 021 **- Sepultura:** 161 / NATHANAEL MOREIRA DA SILVA **- Quadra:** 021 **- Sepultura:** 175 / REGIS DE CUNTO FUSARO **- Quadra:** 021-A **- Sepultura:** 025 / ROSA DUKAI TAKACH **- Quadra:** 022 **- Sepultura:** 002 / RICHARD HENRY MORRISSY **- Quadra:** 022 **- Sepultura:** 011 / FABIO DINI MASHIBA **- Quadra:** 022-B **- Sepultura:** 008 / WILLY CARLOS PRELLWITZ **- Quadra:** 023 **- Sepultura:** 009 / IRENA KLUMB **- Quadra:** 024 **- Sepultura:** 004 / CONSUELO ZUNEDA GARRIGOS **- Quadra:** 024 **- Sepultura:** 023 / HELGA SIEWERT ANGER **- Quadra:** 025 **- Sepultura:** 063 / NILS ERIK SABEY **- Quadra:** 025 **- Sepultura:** 167 / GUILHERME JOSE PEREIRA **- Quadra:** 025 **- Sepultura:** 176 / ROSA SCHEEL **- Quadra:** 026 **- Sepultura:** 102 / NAOCHI ONO **- Quadra:** 026 **- Sepultura:** 107 / JOSE SOARES DE SOUZA **- Quadra:** 026 **- Sepultura:** 150 / NELLY ALICE AEBLI **- Quadra:** 027 **- Sepultura:** 039 / RUTH FLATAU **- Quadra:** 027 **- Sepultura:** 043 / MIHAIL BALABAN **- Quadra:** 027 **- Sepultura:** 053 / MARIA FLORINDA FONSECA **- Quadra:** 027 **- Sepultura:** 071 / JOHANNES GERHARD H.INRICH TEBBE **- Quadra:** 027 **- Sepultura:** 099 / VITO GERALDO CARONI **- Quadra:** 027 **- Sepultura:** 113 / ANTONIO FERNANDES **- Quadra:** 031 **- Sepultura:** 012 / SYLLAS ERMEL **- Quadra:** 031 **- Sepultura:** 027 / BEATRIZ MUNIZ DE SOUZA **- Quadra:** 032 **- Sepultura:** 011 / ALFREDO ERGAS **- Quadra:** 033 **- Sepultura:** 003 / MARIA LUIZA ANDRADE ALVAREZ **- Quadra:** 034 **- Sepultura:** 029 / MARIA JOSE ARAÚJO ARENDS **- Quadra:** 035 **- Sepultura:** 029 / TOKUJIN UECHI **- Quadra:** 039 **- Sepultura:** 034 / TOMIO SUZUE **- Quadra:** 040 **- Sepultura:** 024 / SERGIO DIAMANTY LOBO **- Quadra:** 041 **- Sepultura:** 030 / ALBERTO ARABIAN **- Quadra:** 043 **- Sepultura:** 003 / SILVINO JORGE **- Quadra:** 044 **- Sepultura:** 009 / SADAO SASAKI **- Quadra:** 047 **- Sepultura:** 006 / CLARA IUKER **- Quadra:** 047 **- Sepultura:** 024 / FERNANDO JOAO DE SEIXAS **- Quadra:** 048 **- Sepultura:** 001 / PHILOMENA ZAMBELLI TEOPHILO **- Quadra:** 049 **- Sepultura:** 048 / ARMANDO REIS **- Quadra:** 050 **- Sepultura:** 043 / CARLOS MORCELLE **- Quadra:** 054 **- Sepultura:** 005 / LUIZA MARIA CONTI **- Quadra:** 054 **- Sepultura:** 052 / NOEMIA DOS SANTOS NASSER **- Quadra:** 055 **- Sepultura:** 013 / JOSE PAULO BICHAO FELIX **- Quadra:** 055 **- Sepultura:** 040 / LIDICE CANDIDA PEDROSO QUEIROZ COSTA **- Quadra:** 059 **- Sepultura:** 023 / PAULO CEZAR FAGUNDES ALVES **- Quadra:** 06 **- Sepultura:** 37 / SEBASTIAO STANISCIA **- Quadra:** 061 **- Sepultura:** 036 / LUIZ CARLOS DIAS NOGUEIRA **- Quadra:** 062 **- Sepultura:** 015-A / ALCEBIADES FRIGO **- Quadra:** 063 **- Sepultura:** 004-A / TIBOR FERENO MOLNAR **- Quadra:** 069 **- Sepultura:** 014 / IWAKO OUTI **- Quadra:** 069 **- Sepultura:** 041 / CARLO STRAZZA **- Quadra:** 071 **- Sepultura:** 021 / DURIVAL ANTONIO MACIEL **- Quadra:** 073 **- Sepultura:** 027 / OSWALDO PEREIRA **- Quadra:** 078 **- Sepultura:** 020 / HOTIR MAIA FARINA **- Quadra:** 081 **- Sepultura:** 002 / ICHIMITSU SHINTOMI **- Quadra:** 083 **- Sepultura:** 005 / JOAO ALVES DA ROCHA FILHO **- Quadra:** 085 **- Sepultura:** 034 / OSWALDO RUFATTO **- Quadra:** 093 **- Sepultura:** 008 / AGENOR PEREIRA DE CARVALHO **- Quadra:** 093 **- Sepultura:** 020 / JOSE CARLOS RIBEIRO TORRES **- Quadra:** 094 **- Sepultura:** 028.NORMA VITALI **- Quadra:** 095 **- Sepultura:** 048 / NANCY MEDEIROS ALVES **- Quadra:** 096 **- Sepultura:** 021 / CARLOS PICHER JUNIOR **- Quadra:** 099 **- Sepultura:** 008 / ENEIDA SILVEIRA BROTERO **- Quadra:** 105 **- Sepultura:** 002-A / MASAEI SAWADA **- Quadra:** 107 **- Sepultura:** 002 / ALDO CELLI **- Quadra:** 110-2 **- Sepultura:** 005 / LEDA DE ASSUNCAO DURANTE **- Quadra:** 110-2 **- Sepultura:** 015 / OTÁVIO PEDRO DE OLIVEIRA **- Quadra:** 110-A **- Sepultura:** 024 / WILSON FERNANDES PEREIRA **- Quadra:** 111 **- Sepultura:** 015 / SUELI APARECIDA MENEGHINI **- Quadra:** 113 **- Sepultura:** 007 / PERCIVAL FAVARATO **- Quadra:** 114-2 **- Sepultura:** 025 / NORIO SATO **- Quadra:** 114-3 **- Sepultura:** 013 / ARNALDO EDMUNDO MARCOS CASTILHO PALMA **- Quadra:** 114-4 **- Sepultura:** 005 / FLORENCIO DA SILVA **- Quadra:** 117 **- Sepultura:** 032 / VITO AURELIO GIOVANNI PASQUALE **- Quadra:** 117-B **- Sepultura:** 032 / AYAKO MORIMOTO **- Quadra:** 120 **- Sepultura:** 045 / CLEMENTINA APARECIDA PALOPOLI **- Quadra:** 122 **- Sepultura:** 034 / ARMANDO NASCIMENTO ABREU **- Quadra:** 123 **- Sepultura:** 022 / PETER BEHREND **- Quadra:** 123 **- Sepultura:** 041 / JOAO RAIMUNDO DOS SANTOS **- Quadra:** 124 **- Sepultura:** 016 / PIERRE ALBERT ROMANN **- Quadra:** 124 **- Sepultura:** 021 / DANIEL NOVELLO **- Quadra:** 125 **- Sepultura:** 017 / MARCO ANTONIO ARANHA VALLETTA **- Quadra:** 128 **- Sepultura:** 014 / LEONOR DE OLIVEIRA ALVES **- Quadra:** 131 **- Sepultura:** 020 / MARINA CLARK REIS **- Quadra:** 133 **- Sepultura:** 012 / WALTER LUIZ DA SILVA **- Quadra:** 135 **- Sepultura:** 012 / SILVIO MARINO **- Quadra:** 136 **- Sepultura:** 008 / PEDRO DIAS **- Quadra:** 141 **- Sepultura:** 001 / EUGENIO YOSHITO SAMASHIMA **- Quadra:** 152 **- Sepultura:** 001 / NESTOR VARELA SANTIAGO **- Quadra:** 152 **- Sepultura:** 015 / EULALIA MADRID PINTO **- Quadra:** 159 **- Sepultura:** 001 / AHUWA COLO **- Quadra:** 161 **- Sepultura:** 009 / MARIA GOMES DE OLIVEIRA **- Quadra:** 164 **- Sepultura:** 014 / MARIA ISABEL DA SILVA **- Quadra:** 176 **- Sepultura:** 030 / EMY KAMMLER **- Quadra:** 181 **- Sepultura:** 020 / BRUNO HYPPOLITO BUSSILI **- Quadra:** 183 **- Sepultura:** 007 / ANTONIO VIEIRA FILHO **- Quadra:** 185 **- Sepultura:** 016 / WALTER PACHECO BRASOLIN **- Quadra:** 193 **- Sepultura:** 007 / APARECIDA MARIA DINIZ RAMIRES **- Quadra:** 193 **- Sepultura:** 042 / MARILDA FERNANDES DANNA **- Quadra:** 194 **- Sepultura:** 047 / ANTONIO GONCALVES PEREIRA **- Quadra:** 194 **- Sepultura:** 101 / ANNA LUCIA PEREIRA BUENO **- Quadra:** 195 **- Sepultura:** 130 / ERNESTO RUBENS GELBCKE **- Quadra:** 200 **- Sepultura:** 011 / PEDRO MANTOVANELLO **- Quadra:** 204 **- Sepultura:** 006.

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Marubeni Grãos Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 25.142.875/0001-59

Demonstrações Financeiras Controladora e Consolidado - Exercício findo em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante		**83.854**	191.055	**316.492**	269.372
Caixa e equivalente de caixa	4	**15.023**	3.300	**113.013**	81.698
Contas a receber	5	**41.263**	21.382	**150.495**	21.301
Tributos a recuperar	7	**2.518**	5.632	**2.518**	5.632
Estoques	6	**19.763**	114.908	**19.763**	114.908
Instrumentos financeiros derivativos	20	**4.735**	45.270	**29.017**	45.270
Arrendamento Mercantil		**402**	456	**402**	456
Outros		**150**	107	**1.284**	107
Ativo não circulante		**76.322**	88.794	**3.655**	10.477
IR e CS diferidos	8	**1.349**	7.341	**1.349**	7.341
Investimentos	11	**72.667**	78.317	**–**	–
Imobilizado	9	**555**	579	**555**	579
Intangível	10	**1.751**	2.557	**1.751**	2.557
Total ativo		**160.176**	279.849	**320.147**	279.849
Passivo circulante		**70.405**	204.214	**231.111**	204.214
Fornecedores	12	**42.544**	32.912	**176.853**	32.912
Tributos a recolher		**8.859**	–	**8.859**	–
Empréstimos e financiamentos	13	**–**	110.812	**–**	110.812
Instrumentos financeiros derivativos	20	**10.119**	59.188	**35.493**	59.188
Arrendamento mercantil		**414**	322	**414**	322
Dividendos propostos	14	**6.870**	–	**6.870**	–
Obrigações sociais e trabalhistas		**1.237**	614	**1.237**	614
Outros		**362**	366	**1.385**	366
Passivo não circulante		**7**	162	**7**	162
Arrendamento Mercantil		**7**	162	**7**	162
Patrimônio líquido		**89.764**	75.473	**89.029**	75.473
Capital social subscrito	14	**84.999**	84.999	**84.999**	84.999
Reservas		**1.374**	–	**1.374**	–
Resultado abrangente		**(6.522)**	(206)	**(7.257)**	(206)
Lucros (prejuízos) acumulados		**9.913**	(9.320)	**9.913**	(9.320)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**160.176**	279.849	**320.147**	279.849

Demonstrações dos resultados	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	15	**2.161.446**	3.453.442	**4.529.227**	3.453.442
(–) Custo das mercadorias vendidas	16	**(2.140.512)**	(3.463.097)	**(4.505.803)**	(3.463.097)
Lucro bruto		**20.934**	(9.655)	**23.424**	(9.655)
Despesas gerais e administrativas	17	**(22.529)**	(14.605)	**(22.754)**	(14.687)
Resultado de equivalência patrimonial		**–**	60	**–**	–
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		**(1.595)**	(24.200)	**670**	(24.342)
Receitas financeiras		**53.527**	207.874	**53.365**	208.016
Despesas Financeiras		**(10.107)**	(193.580)	**(12.210)**	(193.580)
Resultado financeiro, líquido	18	**43.420**	14.294	**41.155**	14.436
Resultado antes do IR e da CS		**41.825**	(9.906)	**41.825**	(9.906)
Corrente	8	**(8.356)**	(2.210)	**(8.356)**	(2.210)
Diferido	8	**(5.992)**	5.548	**(5.992)**	5.548
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**27.477**	(6.568)	**27.477**	(6.568)
Lucro (prejuízo) por ação		**0,32**	(0,08)	**0,32**	(0,08)

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	**27.477**	(6.568)	**27.477**	(6.568)
Variação cambial investimento	**(5.650)**	(747)	**(5.650)**	(747)
Ajustes de conversão	(666)	49	(1.401)	49
Total do resultado abrangente	**21.161**	(7.266)	**20.426**	(7.266)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Controladora	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucro	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31/12/2021	6.000	311	492	(3.159)	–	3.644
Resultado do exercício	–	–	–	–	(6.568)	(6.568)
Alocação de resultado	–	–	–	(6.568)	6.568	–
Absorção da reserva legal	–	(311)	–	311	–	–
Absorção da reserva de lucro	–	–	–	96	–	96
Aumento de capital	78.999	–	–	–	–	78.999
Ajuste de tradução (CTA)	–	–	49	–	–	49
Variação cambial (MGO)	–	–	(747)	–	–	(747)
Saldo em 31/12/2022	84.999	–	(206)	(9.320)	–	75.473
Resultado do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**27.477**	**27.477**
Alocação de resultado	**–**	**–**	**–**	**19.233**	**(19.233)**	**–**
Constituição da reserva legal	**–**	**1.374**	**–**	**–**	**(1.374)**	**–**
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.870)**	**(6.870)**
Ajuste de tradução (CTA)	**–**	**–**	**(666)**	**–**	**–**	**(666)**
Variação cambial (MGO)	**–**	**–**	**(5.650)**	**–**	**–**	**(5.650)**
Saldo em 31/12/2023	**84.999**	**1.374**	**(6.522)**	**9.913**	**–**	**89.764**

Consolidado	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucro	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31/12/2021	6.000	311	492	(3.159)	–	3.644
Resultado do exercício	–	–	–	–	(6.568)	(6.568)
Alocação de resultado	–	–	–	(6.568)	6.568	–
Absorção da reserva legal	–	(311)	–	311	–	–
Absorção da reserva de lucro	–	–	–	96	–	96
Aumento de capital	78.999	–	–	–	–	78.999
Ajuste de tradução (CTA)	–	–	49	–	–	49
Variação cambial (MGO)	–	–	(747)	–	–	(747)
Saldo em 31/12/2022	84.999	–	(206)	(9.320)	–	75.473
Resultado do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**27.477**	**27.477**
Alocação de resultado	**–**	**–**	**–**	**19.233**	**(19.233)**	**–**
Constituição da Reserva legal	**–**	**1.374**	**–**	**–**	**(1.374)**	**–**
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.870)**	**(6.870)**
Ajuste de tradução (CTA)	**–**	**–**	**(1.401)**	**–**	**–**	**(1.401)**
Variação cambial (MGO)	**–**	**–**	**(5.650)**	**–**	**–**	**(5.650)**
Saldo em 31/12/2023	**84.999**	**1.374**	**(7.257)**	**9.913**	**–**	**89.029**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**27.477**	(6.568)	**27.477**	(6.568)
Resultado financeiro não realizado	**1.747**	(7.521)	**1.747**	(7.521)
MTM estoques/provisão retenção	**3.988**	(5.890)	**3.988**	(5.890)
MTM Contrato de compra/venda	**(8.534)**	21.600	**(7.442)**	21.600
Depreciação e amortização	**1.457**	190	**1.457**	190
Equivalência Patrimonial	**–**	(60)	**–**	–
Outras provisões	**(295)**	46	**728**	46
IR e CS	**8.356**	–	**8.356**	–
IR e CS diferidos	**5.992**	(5.548)	**5.992**	(5.548)
	40.188	(3.751)	**42.303**	(3.691)
Ajuste de capital de giro				
Redução (aumento) nas contas do ativo:				
Clientes	**(21.628)**	56.687	**(130.941)**	56.768
Estoques	**91.157**	(26.580)	**91.157**	(26.580)
Tributos a recuperar	**3.114**	970	**3.114**	970
Outros Ativos	**11**	524	**(1.123)**	524
Aumento (redução) nas contas do passivo:				
Fornecedores	**9.632**	(45.702)	**143.941**	(45.702)
Tributos e contribuições	**503**	(78)	**503**	(78)
Empréstimos e financiamentos	**–**	(21.183)	**–**	(21.183)
Outros passivos	**914**	408	**914**	408
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	**123.891**	(38.705)	**149.868**	(38.564)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Investimento em Controlada	**–**	(78.257)		–
Variação Cambial de Investimento	**–**	(747)	**(5.650)**	(747)
Aquisição/venda de ativo imobilizado	**(152)**	(262)	**(152)**	(262)
Aquisições de intangível	**(475)**	(680)	**(475)**	(680)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(627)**	(79.946)	**(6.277)**	(1.689)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de Capital em dinheiro	**–**	78.999	**–**	78.999
Pagamento de Passivo de Arrendamento	**(63)**	(300)	**(63)**	(300)
Pagamento de principal sobre empréstimos	**(110.812)**	–	**(110.812)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(110.875)**	78.699	**(110.875)**	78.699
Aumento (redução) no saldo de disponibilidades	**12.389**	(39.952)	**32.716**	38.446
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa antes dos efeitos de conversão	**12.389**	(39.952)	**32.716**	38.446
Efeitos da conversão	**(666)**	49	**(1.401)**	49
	11.723	(39.903)	**31.315**	38.495
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.300**	43.203	**81.698**	43.203
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**15.023**	3.300	**113.013**	81.698
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**11.723**	(39.903)	**31.315**	38.495

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Marubeni Grãos Brasil S.A. (a "Companhia" ou "MGB") foi fundada em 27/04/2016, e é uma sociedade anônima por ações, e que tem por objeto (i) o comércio atacadista, inclusive importação e exportação, de grãos em geral, em especial soja, milho e trigo; (ii) o comércio atacadista, inclusive importação e exportação, de cereais e leguminosas beneficiados; (iii) o comércio atacadista, inclusive importação e exportação, de óleo de soja; (iv) o agenciamento de cargas; (v) as representações comerciais nacionais e internacionais de matérias agrícolas e de mercadorias em geral; (vi) a importação e exportação de bens e serviços relacionados com suas atividades operacionais; (vii) a administração de bens próprios; e (viii) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou qualquer outra. A Companhia iniciou as suas atividades em 3/05/2017. A Marubeni Grain Overseas S.A. (a "Controlada" ou "MGO") foi fundada em 11/08/2022, e é uma sociedade anônima por ações, e que tem por objeto (i) exercer atividades de comércio de grãos e oleaginosas; (ii) estabelecer, transacionar e exercer a atividade de uma empresa de investimento em qualquer parte do mundo; (iii) comprar, vender e negociar todos os tipos de mercadorias, ações, títulos e valores mobiliários de todos os tipos; (iv) comprar, vender, arrendar ou de outra forma adquirir ou alienar bens imóveis e pessoais; (v) investir em qualquer tipo de negócio industrial, comercial, seja como principal ou acionista; (vi) pedir emprestado e emprestar dinheiro, com ou sem garantia; (vii) celebrar, executar e executar contratos de todos os tipos; (viii) abrir e movimentar contas bancárias de qualquer natureza em qualquer lugar do mundo, tornar-se fiador ou garantir o cumprimento e execução de todos os contratos; (ix) envolver-se em qualquer negócio legal não proibido a uma corporação; e (x) realizar qualquer um dos itens acima como diretores, agentes ou em qualquer outra capacidade representativa, seja qual for. A Companhia iniciou as suas atividades em 1º/01/2023. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 28/03/2024. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam vigentes em 31/12/2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos 12 meses. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Para atender às disposições societárias (CPC 26 (R1)), a Companhia apresentou a demonstração do resultado abrangente em suas demonstrações financeiras. Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como projeções econômicas, volumes, margem e seguros, não foram auditados. Estimativas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano ou quando alguma evidência demonstra a necessidade de revisão interina. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Tributos:* Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais *Custos:* A Companhia adota o custo médio ponderado na data da transação e com base na quantidade exportada e emissão da nota fiscal, além de alocar os custos adicionais de compra, tais como, frete ferroviário, despesas com supervisão e classificação nos armazéns e terminal portuário, que são alocados em contas distintas no resultado no grupo de "Custos", além do resultado da marcação a mercado do estoque e contratos em aberto. *Moeda funcional e moeda de apresentação:* De acordo com o CPC 02(R2), a moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Entidade opera. A norma estabelece no parágrafo 9 quais os principais fatores que devem ser considerados para determinação da moeda funcional. Cabe ressaltar que, mesmo a norma citando os fatores que devem ser considerados para determinação da moeda funcional, esse processo não é óbvio e em algumas situações a Administração, com base em seu julgamento, determina a moeda funcional que representa com maior fidedignidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes. A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o dólar norte-americano. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (moeda de apresentação), convertendo-se a o dólar norte-americano para Reais, utilizando-se para isto a taxa de câmbio de fechamento do exercício de R$4,8407 para os ativos e passivos, e a taxa média mensal para as contas de resultado. As variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos, contas de resultado e de patrimônio líquido foram reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajustes Acumulados de Conversão". *Base de consolidação:* As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas (Nota 11) em 31/12/2023 e 2022. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **3. Principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebido, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. b) Reconhecimento de receita: *i) Venda de produtos - exportação:* A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, e (iii) quando critérios de venda específicos tiverem sido atendidos, quais sejam transferência de propriedade e do risco da mercadoria ao cliente. A comprovação da transação é baseada nos parâmetros previstos pelo *Incoterms*, que no caso da Companhia somente exporta na modalidade FCA (*"Free Carrier"*). A receita é o rendimento líquido das vendas, após dedução de impostos, descontos e devoluções. A receita é reconhecida na data de emissão do certificado de embarque (*"Bill of Lading"*). *ii) Receita financeira:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. c) Reconhecimento de receita - offshore: i) Circle - quando um vendedor recompra de seu comprador, ou de qualquer comprador subsequente, as mesmas mercadorias ou parte delas, um "circle" será considerado existente em relação às mercadorias específicas assim recompradas, ou seja, a transação inicia e finaliza com a mesma companhia. A Controlada reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Controlada; e (iii) quando critérios de venda específicos tiverem sido atendidos, quais sejam a confirmação do menor preço (lowest price) estabelecido na transação. ii) Washout - acordo de finalização de um contrato de compra e de venda com a mesma contraparte em razão da impossibilidade de entrega do produto ou simplesmente pela falta de interesse das partes em cumprir o contrato. A Controlada reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e (iii) quando critérios de venda específicos tiverem sido atendidos com base na diferença positiva entre o preço de mercado na data de vencimento e o preço contratado, gerando um valor de acerto, ou seja, o quanto é devido a pagar e/ou a receber. iii) String - qualquer parte envolvida poderá propor um desvio na rota de apresentaçao de documentos (bypass) através do qual um vendedor envolvido no string apresenta documentos a qualquer comprador subsequente a um preço acordado. A Controlada reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Controlada, e (iii) quando critérios de venda específicos tiverem sido atendidos, quais sejam a confirmação da documentação atrelada à transação for recebida pelas partes envolvidas e estar em boa ordem (*good order*). iv) Shipment - venda de produtos (exportação). A Controlada reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Controlada. A receita é reconhecida na data de emissão do certificado de embarque (*"Bill of Lading"*). d) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, para os itens que são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquidas". e) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, câmbio disponível, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. f) Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber da Marubeni Grain Overseas ("MGO - offshore"), que é controlada, pela venda de grãos (soja ou milho) no decurso normal das atividades da Companhia, determinado com base no valor de mercado, e sua marcação é impactada diretamente no resultado na rubrica de "Clientes mercado externo". A Companhia mantém um contas a receber da Marubeni Corporation ("MC"), que é relativo à prestação de serviços, relacionados à comissão sobre vendas da operação externa e contrato de serviços relacionados a despesas comerciais, o montante é reconhecido na rubrica "Serviços mercado externo". A Controlada mantém um contas a receber com terceiros, que é relativo à operação da empresa offshore pela venda de grãos (soja e milho), o montante é reconhecido na rubrica "Clientes mercado externo". g) Estoques: Os estoques são produtos da atividade de compra e venda (trading) e conforme determinado pelo CPC 16(R1) são avaliados pelo valor justo deduzidos dos custos de venda. O ganho ou perda relativo à marcação a mercado é reconhecido diretamente no resultado na rubrica de "Custo de produtos vendidos". h) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamentos:* Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos, arrendamento a receber pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice. A taxa e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a empresa usa sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros é reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. i) Imobilizado: Equipamentos de informática e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. *Ativos intangíveis:* A Companhia somente possui ativos intangíveis de vida útil definido, e que são em sua totalidade formados por sistemas de informática, que são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. j) Redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia avalia no final de cada período de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros O montante do prejuízo é mensurado como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. k) Outros ativos e passivos e classificação entre curto e longo prazo: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. l) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e compreendem caixa e equivalentes de caixa, e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros. m) Contas a pagar aos fornecedores: Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias que foram adquiridas de fornecedores no curso normal dos negócios. A Companhia possui dois tipos de contratos de compra de mercadoria. São eles: *i) Contratos com preço definido:* Os contratos com preço definido são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva. Com o pagamento ocorre, no geral, três dias após a entrega da mercadoria, o impacto é irrelevante. *ii) Contratos a fixar:* Os contratos a fixar são inicialmente registrados pelo valor justo, que é mensurado com base na melhor estimativa do valor de mercado na data da transação e posteriormente, até que ele seja fixado seu valor é mensurado com base no valor de mercado por meio do resultado. O ganho ou perda relativo à marcação a mercado é reconhecido diretamente no resultado na rubrica de "custo de produtos vendidos". A Controlada possui três tipos de contratos de compra de mercadoria. São eles: *i) Contratos físicos (Physical):* Os contratos físicos (Physical) são inicialmente registrados no porto de São Francisco do Sul (estado de Santa Catarina), podendo variar conforme necessidade da operação. São reconhecidos pelo valor justo do contrato e pelo seu valor integral considerando as quantidades realizadas na transação. *ii) Contratos de papel (Paper):* Os contratos de papel (Paper) são inicialmente registrados no porto de Paranaguá (estado do Paraná). São reconhecidos pelo valor líquido. *iii) Contratos Swap:* Nos contratos swap são negociadas trocas ou empréstimos de grãos (soja ou milho) entre as partes. São reconhecidos pelo valor justo do contrato, e subsequentemente, na próxima operação de embarque acordada entre as partes, a mesma quantidade de grãos é devolvida. n) Tributação: *IR e CS - corrente:* A tributação sobre o lucro compreende o IR e a CS. O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses. A CS é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de sua realização. *Impostos diferidos:* O IR e CS diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São determinados usando as alíquotas de imposto promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo IR e CS diferidos nos ativos forem realizados ou quando o IR e a CS diferido passivo forem liquidados. O IR e a CS diferidos no ativo são reconhecidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da CS sobre lucro líquido, na extensão em que a sua realização seja provável. O IR diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da CS são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. o) Ativos e passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. As operações de mercado futuro de *commodities* têm ajustes diários e são valorizadas a valor de mercado até a conclusão dos contratos comerciais, sendo que o ganho ou a perda é alocado para o resultado do exercício. A Companhia protege sua exposição a dólares, com a utilização de *swaps* e contratos de compra/venda a termo de moeda sem entrega física (*Non-Deliverable Forward - NDF*). Tais operações com derivativos permitem assegurar lucro médio mínimo em dólar para as operações futuras visando garantir o cumprimento das obrigações em reais. Na modalidade de trava cambial, além de fixar a taxa de conversão, a Companhia recebe da instituição financeira, prêmio que é pago como remuneração com base no CDI calculado *pro rata die*. As classificações dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir: *i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, e instrumentos financeiros derivativos. As classificações dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir: *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; • Empréstimos e contas a receber; • Investimentos mantidos até o vencimento; • Investimentos financeiros disponíveis para venda. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, exceto suas aplicações financeiras. Empréstimos e recebíveis: Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. As amortizações dos juros efetivos são incluídas na rubrica "Receitas financeiras", na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante o exercício findo em 31/12/2023. Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. Quando o investimento não mais atender aos critérios de reconhecimento ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido. O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Em 31/12/2023, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. *ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. *iii) Passivos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração:* Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de proteção (*hedge*), conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. *iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e contratos a termo de *commodities* para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação dos preços de *commodities*, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. q) Outros benefícios a empregados: Os benefícios concedidos aos empregados e diretores da Companhia incluem, além de remuneração fixa (salários e contribuições de seguridade social (INSS), férias remuneradas e 13º salário), e remuneração variável como participação nos lucros e resultados e prêmio. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica de "Despesas Gerais e Administrativas", à medida que são incorridos. A Companhia não possui benefício na modalidade de pagamento baseado em ações. r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:* As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:* As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras. *Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: - Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (*) (**)	**14.956**	3.159	**14.964**	3.159
Bancos conta movimento	**67**	141	**98.049**	78.539
	15.023	3.300	**113.013**	81.698

(*) Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não possuía saldo de contrato de câmbio, não convertido em R$. (**) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações de aplicação financeira tipo compromissada no Banco Tokyo (sem IOF e com remuneração de 88% do CDI) com liquidez diária, e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados a 100% com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mantidos com Banco Tokyo. **5. Contas a receber:** O saldo de contas a receber de clientes no mercado externo em 31/12/2023 é de R$6.400, para a controladora, composto por revenda de milho e soja para a Marubeni Grain Overseas (MGO). O saldo de serviços a receber em 31/12/2023 é de R$34.863 (R$57 em 2022), para a controladora, com a Marubeni Grain Overseas (MGO), sendo R$34.354 referente à absorção do resultado da controlada conforme demonstrado abaixo:

Contas a receber - Partes Relacionadas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes mercado externo	**6.400**	21.325	**–**	21.244
Serviços mercado externo	**34.863**	57	**105**	57
Total	**41.263**	21.382	**105**	21.301

Contas a receber - Terceiros	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes mercado externo	–	–	**150.390**	**–**
Total	–	–	**150.390**	–
Total Contas a receber	41.263	21.382	150.495	21.301

Em 31/12/2023, não há saldos vencidos na composição de ambas as empresas. O prazo de recebimento é de aproximadamente 30 dias.

6. Estoque:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Estoque	**4.944**	95.627	**4.944**	95.627
Estoque em poder de terceiros	**8.533**	–	**8.533**	–
Provisão para retenção terminal	**(412)**	(1.336)	**(412)**	(1.336)
MTM de estoques (Nota 20)	**3.004**	5.381	**3.004**	5.381
Estoque em trânsito	**3.009**	11.690	**3.009**	11.690
Estoque Frete	**649**	2.884	**649**	2.884
Despesa Armazenagem Transbordo	**36**	629	**36**	629
Quebra de estoque	**–**	33	**–**	33
	19.763	114.908	**19.763**	114.908

Conforme determinado pelo CPC 16(R1), a Companhia, por ser uma *trading*, avalia seus estoques pelo valor justo deduzido dos custos de vendas.

7. Tributos a recuperar:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ e CSLL a compensar	**2.460**	5.276	**2.460**	5.276
IRRF a compensar	**–**	307	**–**	307
PIS e COFINS a recuperar	**21**	14	**21**	14
Outros impostos a recuperar	**37**	35	**37**	35
	2.518	5.632	**2.518**	5.632

8. Tributos sobre o lucro:

a) Reconciliação de despesas com o IR e a CS	2023	2022
Lucro/(prejuízo) antes do IR (IRPJ) e da CS (CSLL)	**41.826**	9.906
IR e CS pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**34%**	34%
IRPJ e CSLL	**(14.221)**	(3.368)
Outros	**(127)**	30
Total	**(14.348)**	(3.338)
Corrente	**(8.356)**	2.210
Diferido (Contas de provisão ativo e passivo)	**(2.387)**	(6.508)
Diferido s/Prejuízo Fiscal	**(3.605)**	959
Alíquota efetiva	**-34%**	-34%

b) Composição de IR e CS diferidos:	2023	2022
MTM contratos de compra	**(316)**	(6.282)
MTM contratos de venda	**3.440**	13.672
MTM instrumentos financeiros derivativos - ativo	**(1.294)**	(2.659)
MTM estoques	**(1.021)**	(1.830)
Provisão retenção terminal	**140**	454
Outras provisões	**121**	100
Diferido sobre Prejuízo Fiscal	**279**	3.886
IRPJ e CSLL diferido	**1.349**	7.341
Variação	**5.992**	(5.548)

	2024	Total
Realização	1.349	**1.349**
	1.349	**1.349**

9. Imobilizado:	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Em 31/12/2021	63	271	59	393
Adições	22	234	6	262
Baixas	–	–	–	–
Depreciação	(11)	(64)	(1)	(76)
Em 31/12/2022	74	441	64	579
Adições	**57**	**85**	**10**	**152**
Baixas	**–**	**–**	**–**	**–**
Depreciação	**(18)**	**(134)**	**(24)**	**(176)**
Em 31/12/2023	**113**	**392**	**50**	**555**

10. Intangível:	Software	Aluguel	Total
Em 31/12/2021	1.991	–	1.991
Adições	733	(53)	680
Baixas	–	–	–
Depreciação	(649)	535	(114)
Em 31/12/2022	2.075	482	2.557
Adições	**475**	**–**	**475**
Baixas	**–**	**(482)**	**(482)**
Depreciação	**(799)**	**–**	**(799)**
Em 31/12/2023	**1.751**	**–**	**1.751**

11. Investimentos:

Participação Societária	Percentual de participação	2022	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Outros resultados abrangente	2023
Marubeni Grain Overseas	100%	78.317	–	–	**(5.650)**	**72.667**

Em 31/12/2023 e 2022, os principais valores do balanço patrimonial da controlada, Marubeni Grain Overseas, estão assim resumidos:

Marubeni Grain Overseas	2023	2022
Ativo circulante	**308.467**	78.398
Ativo não circulante	**–**	–
Total do ativo	**308.467**	78.398
Passivo circulante	**235.800**	81
Passivo não circulante	**–**	–
Patrimônio líquido	**72.667**	78.317
Total do passivo	**308.467**	78.398

Marubeni Grain Overseas	2023	2022
Receita Líquida	**5.775.078**	–
Custos	**(5.733.078)**	–
Lucro Bruto	**42.000**	–
Despesas gerais e administrativas	**(40.961)**	(81)
Despesas financeiras	**(474)**	–
Receitas financeiras	**(564)**	141
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(1)**	–
Lucro (prejuízo) operacional antes do IR e da CS	**–**	60
IR e CS corrente	**–**	–
IR e CS diferido	**–**	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**–**	60

12. Fornecedores:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores mercado externo	**–**	–	**133.921**	–
Fornecedores mercado interno	**41.803**	31.419	**41.803**	31.419
Fornecedores serviços	**–**	–	**388**	–
Fornecedores gerais	**741**	1.493	**741**	1.493
	42.544	32.912	**176.853**	32.912

13. Empréstimos: Os empréstimos e financiamentos são representados por:

Controladora e Consolidado	Encargos (% a.a.)	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento
Linha de crédito				
Adiantamento de contrato de Câmbio	6,00%	**–**	111.833	30 dias
Juros a pagar sobre contrato de ACC	–	**–**	732	–
(–) Variação Cambial	–	**–**	(1.753)	–
Classificados como:				
Passivo circulante	**–**	–	110.812	–
Passivo não circulante	**–**	–	–	–

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**110.812**	139.516	**110.812**	139.516
Captação de empréstimos	**86.626**	854.547	**86.626**	854.547
Provisão de juros e variação cambial	**1.753**	2.484	**1.753**	2.484
Amortização do principal	**(198.459)**	(884.466)	**(198.459)**	(884.466)
Amortização de juros	**(732)**	(1.269)	**(732)**	(1.269)
Saldo final	**–**	110.812	**–**	110.812

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31/12/2023, o capital social está representado por 84.999.000 quotas no valor nominal de R$1 cada e estão assim distribuídas:

Acionistas	Ações	Participação %	BRL em 2023
Marubeni Corporation	84.998.400	99,99	**84.998**
Yoshisato Esaka	600	0,01	0,60
	84.999.000	100,00	**84.999**

b) Destinação do resultado do exercício: Conforme estatuto social da Companhia, o mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada período, deverá ser distribuído aos acionistas proporcionalmente ao número de quotas de propriedade de cada um. A critério dos acionistas, o remanescente poderá permanecer em reserva da Companhia sendo R$1.374 em 2023, podendo até ser incorporado ao capital social.

	Em R$
Lucro Líquido do Exercício de 2023	**27.477**
Dividendos Mínimo Obrigatório 25%	**6.870**
Distribuição aos Acionistas:	
Marubeni Corporation	**6.869**
Yoshisato Esaka	**1**
	6.870

15. Receita operacional líquida:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Venda de mercadoria mercado externo	**–**	3.451.950	**3.700.410**	3.451.950
Venda de mercadoria mercado interno	**151**	150	**151**	150
Venda de mercadoria intercompany (Nota 19)	**2.161.108**	–	**828.479**	–
Venda de serviço mercado externo	**–**	1.063	**–**	1.063
Venda de serviço mercado interno	**186**	279	**186**	279
	2.161.446	3.453.442	**4.529.227**	3.453.442

A receita de venda de mercadoria mercado interno, reconhecida da Companhia é integralmente com terceiros. A receita de venda de mercadoria mercado externo, reconhecida da Controladora é composta por Marubeni Grain Overseas (MGO) e Marubeni America Corporation (MAC).

16. Custo de mercadoria vendida:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Custo de mercadoria vendida mercado externo	**2.109.108**	3.385.959	**3.981.137**	3.385.959
Custo de mercadoria vendida intercompany	**–**	–	**402.762**	–
Despesas portuária com embarque	**883**	1.565	**888**	1.565
Provisão de retenção do terminal	**(984)**	300	**(984)**	300
Perda/Ganho com estoque	**(769)**	(3.602)	**(769)**	(3.602)
Frete transbordo	**38.625**	35.658	**38.625**	35.658
Armazenagem transbordo	**3.820**	4.308	**3.820**	4.308
MTM de estoques	**(3.004)**	(2.782)	**(3.004)**	(2.782)
MTM de contratos de compra	**35.052**	109.711	**51.055**	109.711
MTM de contratos de vendas	**(42.219)**	(68.020)	**(35.971)**	(68.020)
Derivativos Intercompany - Paranagua Paper	**–**	–	**(2.931)**	–
Derivativos - Paranagua Paper	**–**	–	**(3.702)**	–
Elevação	**–**	–	**66.386**	–
Outros custos	**–**	–	**8.491**	–
	2.140.512	3.463.097	**4.505.803**	3.463.097

17. Despesas gerais e administrativas:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas com pessoal	**16.293**	9.281	**16.293**	9.281
Serviços de terceiros	**1.771**	2.083	**1.800**	2.165
Despesas tributárias	**289**	857	**485**	857
Despesas de TI	**1.332**	518	**1.332**	518
Aluguel	**167**	105	**167**	105
Depreciação e amortização	**1.518**	1.152	**1.518**	1.152
Despesas gerais	**1.020**	737	**1.020**	737
Outras	**139**	(128)	**139**	(128)
	22.529	14.605	**22.754**	14.687

18. Resultado financeiro:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita financeira				
Variação cambial ativa	**–**	2.313	**–**	2.313
Rendimentos aplicação financeira	**4.909**	4.206	**5.161**	4.206
Prêmio operação de trava cambial	**37**	(485)	**37**	(485)

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Marubeni Grãos Brasil S.A.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita financeira				
Ganho NDF	**47.432**	–	**47.432**	–
Juros recebidos	**1.149**	170	**735**	312
	53.527	6.204	**53.365**	6.346
Receita financeira - não realizada				
MTM Trava Cambial	–	203	–	203
Ganho MTM - NDF	–	19.889	–	19.889
Variação cambial ativa não realizada	–	636	–	636
	–	20.728	–	20.728
Despesas financeiras				
Variação Cambial Passivo3	**(3.146)**	–	**(3.146)**	–
Perda NDF	–	(10.060)	–	(10.060)
Perda MTM - NDF	**(3.811)**	–	**(3.811)**	–
Juros contrato ACC	**(1.201)**	(1.735)	**(1.201)**	(1.735)
Juros e multas	–	(843)	–	(843)
Variação cambial - moeda funcional	–	–	**(1.985)**	–
Outras despesas financeiras	–	–	**(118)**	–
	(8.158)	(12.638)	**(10.261)**	(12.638)
Despesas financeiras - não realizadas				
MTM trava cambial	**(202)**	–	**(202)**	–
Variação cambial passiva não realizada	**(1.747)**	–	**(1.747)**	–
	(1.949)	–	**(1.949)**	–
Total resultado financeiro, líquido	**43.420**	14.294	**41.155**	14.436

19. Partes relacionadas:

Controladora	Marubeni America Corporation (MAC)	Marubeni Grain Overseas (MGO)	Marubeni Corporation (MC)	Columbia Grain International (CGI)	Total
Em 31/12/2022	3.451.950	–	1.063	–	3.453.013
Receitas	**587.935**	**1.573.173**	–	–	**2.161.108**
Custos	–	**(6.187)**	–	–	**(6.187)**
Despesas	–	–	**(223)**	–	**(223)**
Em 31/12/2023	**587.935**	**1.566.987**	**(223)**	–	**2.154.699**
Em 31/12/2022	–	–	21.382	–	21.382
Contas a receber	–	**41.257**	–	–	**41.257**
Em 31/12/2023	–	**41.257**	–	–	**41.257**
Consolidado					
Em 31/12/2022	3.451.950	–	1.063	–	3.453.013
Receitas	**587.926**	–	**23.789**	**216.764**	**828.479**
Custos	–	**(5.618)**	**(414.343)**	–	**(419.961)**
Despesas	–	–	**(223)**	–	**(223)**
Em 31/12/2023	**587.926**	**(5.618)**	**(390.777)**	**216.764**	**408.295**
Em 31/12/2022	–	–	21.301	–	21.301
Contas a receber	**99**	–	–	–	**99**
Em 31/12/2023	**99**	–	–	–	**99**

As principais transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com companhias relacionadas, foram realizadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes. **20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Em 31/12/2023 e 31/12/2022, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos equivale ao valor registrado contabilmente de acordo com os critérios determinados de hierarquia de valor justo pelo Nível 2. Os contratos de NDFs são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na B3 Brasil, Bolsa, Balcão. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores dos principais ativos e passivos financeiros ao valor justo aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo: Mensuração do valor justo: A mensuração do valor justo de um ativo ano financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras intermediárias são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. *Resumo dos instrumentos financeiros - ativos e passivos (valor contábil):* Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a Companhia não utilizava a contabilidade de *hedge*.

Ativos	Nível hierárquico do valor justo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa	2	**15.023**	3.300	**113.013**	81.698
Contas a receber	2	**41.263**	21.382	**160.495**	21.301
		56.286	24.682	**263.508**	102.999
Ao valor justo por meio do resultado					
Estoques	2	**19.763**	114.908	**19.763**	114.908
MTM instrumentos financeiros derivativos	2	**3.806**	9.289	**28.088**	9.289
MTM Contrato de Compra	2	–	35.981	–	35.981
MTM Contrato de Compra - partes relacionadas	2	**929**	–	**929**	–
		24.498	160.178	**48.780**	160.178
Total ativos financeiros		**86.784**	184.860	**312.288**	263.177

Passivos	Nível hierárquico do valor justo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	2	**(42.544)**	(32.912)	**(176.853)**	(32.912)
Empréstimos e financiamentos	2	–	(110.812)	–	(110.812)
		(42.544)	(143.724)	**(176.853)**	(143.724)
Ao valor justo por meio do resultado					
MTM instrumentos financeiros derivativos	2	–	(1.469)	**(16.976)**	(1.469)
MTM instrumentos financeiros derivativos - partes relacionadas	2	–	–	**(7.830)**	–
MTM Contrato de Venda - partes relacionadas	2	**(10.119)**	–	**(10.687)**	–
MTM Contrato de Compra - partes relacionadas	2	–	(57.719)	–	(57.719)
		(10.119)	(59.188)	**(35.493)**	(59.188)
Total dos passivos financeiros		**(52.663)**	(202.912)	**(212.346)**	(202.912)

As receitas de venda da Companhia são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas dentre os quais soja e milho; esses produtos possuem preços cotados em dólares tendo como referência contratos futuros negociados em bolsas internacionais. Dessa forma, o preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado que a Companhia está exposta. Ainda, a Companhia contrata empréstimos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas em dólares. Portanto, a Companhia apresenta risco à variação das taxas câmbio, porém não apresenta riscos em relação à taxa de juros. A Companhia, em suas operações como comercializadora de *commodities,* assume compromissos classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado. Entre os quais podemos destacar: • Contratos de compra e venda de commodities: são contratos de compra e venda para transferência de produto em data futura que possuem seu preço fixado. Esses contratos são precificados com base no preço de contrato futuro negociados na bolsa CME (Chicago Mercantile Exchange) mais um diferencial definido pela localidade da commodity denominado Basis. Esses contratos são liquidados usualmente pela transferência física da commodity, contudo também podem ser liquidados financeiramente. • Contratos futuros de *commodities*: são contratos derivativos padronizados negociados em bolsa de valores, os quais são contratados pela Companhia com finalidade de *hedge* das posições de contratos de compra e venda de *commodities*. Usualmente esses contratos são liquidados financeiramente pelo pagamento ou recebimento da diferença entre o preço contratado e o preço de mercado na data de sua liquidação. A variação do valor justo desses instrumentos é debitada ou creditada diariamente em conta de depósito de margem. • Contratos a termo de moeda: são contratos derivativos não padronizados contratados com instituições financeiras nos quais é possível negociar taxa de câmbio futura, dessa forma permitindo fixar antecipadamente o montante em reais correspondentes a um montante em moeda estrangeira que será liquidado futuramente. Similarmente aos contratos futuros, os contratos a termo são liquidados financeiramente pelo pagamento ou recebimento da diferença entre a taxa de câmbio contratada e a taxa de câmbio de mercado na data de sua liquidação. Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Demonstrações financeiras. A companhia não apresenta riscos de juros com seus instrumentos financeiros, pois seus contratos são pré-fixados. A Companhia, no curso normal de seus negócios, está exposta a riscos de mercado, liquidez e crédito, os quais são gerenciados ativamente em conformidade com as políticas de gestão de risco ("Políticas de Risco") e procedimentos adotados pela Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisão apropriada. a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de ativos e passivos detidos pela Companhia flutue em função de mudanças em variáveis de mercado como taxa de juros, taxa de câmbio e preços de *commodities*. b) Risco de taxa de juros: Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. c) Risco de câmbio: Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de matéria prima, venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Nesse contexto, a utilização de instrumentos financeiros derivativos é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (a) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas. O monitoramento das exposições de moeda e feito diariamente pela área de riscos da matriz localizada em Tóquio.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativos em reais				
Caixa e equivalente de caixa (*)	**15.023**	3.300	**113.013**	81.698
	15.023	3.300	**113.013**	81.698
Passivos em reais				
Fornecedores	**42.544**	32.912	**176.853**	32.912
Empréstimos e financiamentos	–	110.812	–	110.812
	42.544	143.724	**176.853**	143.724
Exposição ativa/(passiva)	**(27.521)**	(140.424)	**(63.840)**	(62.026)

(*) O valor do equivalente de caixa mantido no exterior o qual ainda não foi convertido em Reais por meio de contrato de câmbio é mantido em USD, portanto, não está sujeito ao risco de moeda. *Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de câmbio:* Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R$x US$ = 4,8407). Como tais instrumentos já estão registrados pelo valor justo por meio do resultado (cenário provável) não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário. Nos cenários "Possível" e "Remoto", a taxa de câmbio foi acrescida/diminuída em 25% e 50%, respectivamente, antes dos impostos:

Derivativo	Remoto +/– 50%	Possível +/– 75%
NDF	56.622	28.311
Total	**56.622**	**28.311**

No vencimento, a liquidação ocorre pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência.

Derivativo	Valor referência	Vencimento	MTM
NDF	89.237	Até dois meses	2.806
	98.661	De dois meses a seis meses	939
	1.518	De seis meses a um ano	61
Total	**189.416**		**3.806**

d) Risco de preço de commodities: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Com o objetivo de proteger-se em relação às oscilações nos preços. *Análise de sensibilidade para mudanças no valor das commodities:* Para o cálculo do cenário provável foi utilizado o valor de mercado das *commodities* com o preço referência do porto de Paranaguá (PR). O valor médio de mercado da soja e do milho por tonelada em 31/12/2023 é de R$2.292,27 (Dois mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e sete centavos) e R$1.095,84 (Um mil e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), respectivamente. Como tais instrumentos já estão registrados pelo valor justo por meio do resultado (cenário provável) não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário. Nos cenários "Possível" e "Remoto", a taxa de câmbio foi acrescida/diminuída em 25% e 50%, respectivamente, antes dos impostos:

Controladora

Estoque	+/–25% MTM Estoque	+/–25% MTM Compra	+/–25% MTM Vendas	+/–50% MTM Estoque	+/–50% MTM Compra	+/–50% MTM Vendas
Soja	366	50.407	53.523	731	100.814	107.046
Milho	1.961	7.933	14.127	3.921	15.866	28.253

Consolidado

Estoque	+/–25% MTM Estoque	+/–25% MTM Compra	+/–25% MTM Vendas	+/–50% MTM Estoque	+/–50% MTM Compra	+/–50% MTM Vendas
Soja	366	536.527	471.853	731	209.192	943.707
Milho	1.961	104.596	108.546	3.921	1.073.070	217.092

A Companhia adota a estratégia de Square Position, que consiste em zerar a sua exposição em volume. Dessa forma, para todo o volume originado, há uma venda correspondente à MGO,e caso o preço da commodity oscile marcação a mercado dos estoques e dos contratos de compra serão neutralizados pela marcação a mercado dos contratos de venda.

Derivativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
MTM Contrato de Venda	–	(40.213)	–	(40.213)
MTM Contrato de Venda - partes relacionadas	**10.119**	–	**10.687**	–
MTM Contrato de Compra	–	18.475	–	18.475
MTM Contrato de Compra - partes relacionadas	**(929)**	–	**(929)**	–
Total	**9.190**	(21.738)	**9.758**	(21.738)

Todos os contratos de compra e venda em aberto possuem prazo de vencimento inferior a um ano. e) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, certificados de Depósitos Bancários (CDBs), operações compromissadas, Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), seguradoras, fornecedores, entre outros. Por essa razão, a Companhia somente possui limites para operar com os bancos Sumitomo, Tokyo-Mitsubishi, Mizuho e Deutsch e Itaú. f) Risco de liquidez: Com relação ao risco de liquidez, a Companhia tem como política manter em caixa equivalentes de caixa em investimentos de alta liquidez, que faça frente ao valor correspondente aos desembolsos operacionais que atendam ao ciclo de conversão de caixa e desembolsos financeiros de acordo com o fluxo de pagamentos. Todos os ativos e passivos financeiros possuem vencimento inferior a um ano, e por essa razão todos estão classificados no circulante. **21. Seguros contratados:** A Companhia não possui seguros contratados devido à suas operações. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **22. Balanço patrimonial e demonstração do resultado complementar:** Os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado da Companhia, originalmente preparados em dólar norte-americano, e convertidos para reais, conforme critérios mencionados na Nota 2.1, são como seguem:

	Controladora 2023 USD	Controladora 2023 R$	Controladora 2022 USD	Controladora 2022 R$	Consolidado 2023 USD	Consolidado 2023 R$	Consolidado 2022 USD	Consolidado 2022 R$
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa	**3.104**	**15.023**	633	3.300	**23.346**	**113.013**	15.660	81.698
Contas a receber	**8.524**	**41.263**	4.098	21.382	**31.089**	**150.495**	4.083	21.301
Tributos a recuperar	**520**	**2.518**	1.079	5.632	**520**	**2.518**	1.079	5.632
Estoques	**4.083**	**19.763**	22.025	114.908	**4.083**	**19.763**	22.025	114.908
Instrumentos financeiros derivativos	**978**	**4.735**	5.322	27.764	**11.487**	**29.017**	5.322	27.764
IR e CS diferidos	**279**	**1.349**	1.407	7.341	**279**	**1.349**	1.407	7.341
Arrendamento Mercantil	**83**	**402**	87	456	**83**	**402**	87	456
Outros	**31**	**150**	21	107	**266**	**1.284**	21	107
Total do ativo circulante	**17.602**	**85.203**	34.672	180.890	**71.153**	**317.841**	49.684	259.207
Ativo não circulante								
Imobilizado	**114**	**555**	101	579	**114**	**555**	101	579
Intangível	**362**	**1.751**	416	2.557	**362**	**1.751**	416	2.557
Investimentos	**15.012**	**72.667**	15.012	78.317	–	–	–	–
Total do ativo não circulante	**15.488**	**74.973**	15.529	81.453	**476**	**2.306**	517	3.136
Total ativo	**33.090**	**160.176**	50.201	262.343	**71.629**	**320.147**	50.201	262.343
Passivo circulante								
Fornecedores	**8.789**	**42.544**	6.309	32.912	**36.535**	**176.853**	6.309	32.912
Tributos a recolher	**1.830**	**8.859**	–	–	**1.830**	**8.859**	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	21.240	110.812	–	–	21.240	110.812
Instrumentos financeiros derivativos	**2.090**	**10.119**	7.989	41.682	**12.824**	**35.493**	7.989	41.682
Arrendamento Mercantil	**86**	**414**	62	322	**86**	**414**	62	322
Dividendos propostos	**1.419**	**6.870**	–	–	**1.419**	**6.870**	–	–
Obrigações sociais e trabalhistas	**256**	**1.237**	118	614	**256**	**1.237**	118	614
Outros	**75**	**362**	70	366	**286**	**1.385**	70	366
Total do passivo circulante	**14.545**	**70.405**	35.788	186.708	**53.236**	**231.111**	35.788	186.708
Passivo não circulante								
Arrendamento Mercantil	**2**	**7**	**31**	**162**	**2**	**7**	**31**	**162**
Total do passivo não circulante	**2**	**7**	**31**	**162**	**2**	**7**	**31**	**162**
Patrimônio líquido								
Capital social subscrito	**16.900**	**84.999**	16.900	84.999	**16.900**	**84.999**	16.900	84.999
Reservas	**284**	**1.374**	–	–	**284**	**1.374**	–	–
Resultado abrangente	**(2.710)**	**(6.522)**	–	(206)	**(2.862)**	**(7.257)**	–	(206)
Lucros (prejuízos) acumulados	**4.069**	**9.913**	(2.518)	(9.320)	**4.069**	**9.913**	(2.518)	(9.320)
Total patrimônio líquido	**18.543**	**89.764**	14.382	75.473	**18.391**	**89.029**	14.382	75.473
Total do passivo e do patrimônio líquido	**33.090**	**160.176**	50.201	262.343	**71.629**	**320.147**	50.201	262.343
Receita operacional líquida	**430.817**	**2.161.446**	678.218	3.453.442	**909.082**	**4.529.227**	678.218	3.453.442
(–) Custo das mercadorias vendidas	**(426.510)**	**(2.140.512)**	(679.910)	(3.463.097)	**(904.345)**	**(4.505.803)**	(679.910)	(3.463.097)
Lucro bruto	**4.307**	**20.934**	(1.692)	(9.655)	**4.737**	**23.424**	(1.692)	(9.655)
Despesas gerais e administrativas	**(4.509)**	**(22.529)**	(2.831)	(14.605)	**(4.556)**	**(22.754)**	(2.847)	(14.687)
Resultado da equivalência patrimonial	–	–	11	60	–	–	–	–
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	**(202)**	**(1.595)**	(4.512)	(24.200)	**181**	**670**	(4.539)	(24.342)
Receitas financeiras	**10.755**	**53.527**	40.998	207.874	**10.396**	**53.365**	41.026	208.016
Despesas Financeiras	**(2.147)**	**(10.107)**	(38.383)	(193.580)	**(2.171)**	**(12.210)**	(38.383)	(193.580)
Resultado financeiro, líquido	**8.608**	**43.420**	2.616	14.294	**8.225**	**41.155**	2.644	14.436
Resultado antes do IR e da CS	**8.406**	**41.825**	(1.896)	(9.906)	**8.406**	**41.825**	(1.896)	(9.906)
Corrente	**(1.706)**	**(8.356)**	(421)	(2.210)	**(1.706)**	**(8.356)**	(421)	(2.210)
Diferido	**(1.213)**	**(5.992)**	1.057	5.548	**(1.213)**	**(5.992)**	1.057	5.548
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**5.487**	**27.477**	(1.260)	(6.568)	**5.487**	**27.477**	(1.260)	(6.568)
Lucro (prejuízo) por ação	**0.06**	**0.32**	(0.01)	(0.08)	**0.06**	**0.32**	(0.01)	(0.08)

25. Eventos subsequentes: Houve mudança na liderança, apresentando o novo CEO, Sr. Masahiro Tomikura, que está substituindo o Sr. José Kfuri, que trabalhou por mais de 12 anos como CEO da companhia. O Sr. Masahiro Tomikura foi parte da equipe do Brasil, atuando por 7 anos (de 2004 a 2011) em funções como COO. A alteração será efetiva a partir de 01/03/2024.

Diretoria

Kentaro Sakuma - Diretor | **Marcos Elias Simantob** - Diretor | **Tomoaki Ichimura** - Diretor | **Yohei Mizukami** - Diretor

Contador

Luiz Carlos Ipoldo Guimarães - Contador - CRC 1SP - 216761/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Marubeni Grãos Brasil S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Marubeni Grãos Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marubeni Grãos Brasil S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28/03/2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O
Ronaldo Aoki
Sócio CRC SP-244601/O

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS

OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

Maicon Deison Rodrigues Maia, brasileiro, solteiro, nascido aos 24/11/1995, frentista, natural de Caetité - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Gersivaldo Alves Maia e de Silvana Rosa Rodrigues; e **Josilene Germinio de Souza,** brasileira, solteira, nascida aos 11/07/1995, recepcionista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Gilberto Rosa de Souza e de Joseane Germinio Candido.

Jose Carlos da Silva, brasileiro, divorciado, nascido aos 16/07/1953, marceneiro, natural de Recife - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Saturnino Francisco da Silva e de Orlandina Batista da Silva; e **Maria das Graças Reis Viana,** brasileira, solteira, nascida aos 07/12/1964, de serviços domésticos, natural de Queimadas - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Brasilio Viana e de Daria Reis.

Hernandes Bispo de Araújo, brasileiro, divorciado, nascido aos 24/05/1988, ajudante de obra, natural de Campo Maior - PI, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antonio Bispo de Araújo e de Cecília Pereira Rodrigues; e **Maria Valdileia Ferreira Araújo,** brasileira, divorciada, nascida aos 11/03/1993, do lar, natural de Boa Hora - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Maria Valdelice Ferreira Araújo.

Luiz Fabiano Marcelino Lima, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/12/2004, auxiliar operacional, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luiz Fernando Sousa Lima e de Marliete de Jesus Marcelino; e **Maria Eduarda Souza dos Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 29/10/2005, auxuliar de limpeza, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Leandro Luiz Joventino Souza e de Ariane Neres dos Santos.

Jean Soares de Jesus, brasileiro, solteiro, nascido aos 22/06/1996, motoboy, natural de São Roque - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Wanderlei Venancio de Jesus e de Sandra Soares Lima; e **Andressa Santos Bezerra,** brasileira, solteira, nascida aos 17/02/1995, recepcionista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em Itapecerica da Serra - SP, filha de Aldo Jose Bezerra e de Ana Lucia Santos Bezerra.

Matheus Dameto dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 16/11/1998, gestor de tecnologia da informação, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Paulo Antonio dos Santos e de Claudia Cristina Dameto; e **Bianca Martins da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 03/03/1999, técnica de enfermagem, natural de São João do Paraíso - MG, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Osmar Gomes da Silva e de Sandra Maria Martins da Silva.

Douglas Sousa Silva, brasileiro, divorciado, nascido aos 30/05/1992, professor, natural de Diadema - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Rógerio Vieira da Silva e de Cícera Siquera de Sousa Silva; e **Veronyca Ziemba de Oliveira,** brasileira, solteira, nascida aos 11/01/2001, vendedora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de João de Oliveira Neto e de Eunete Ziemba dos Santos Oliveira.

Norlando Silva de Souza, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/01/1982, analista de redes, natural de Maracás - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Florisvaldo Odilon de Souza e de Noemia Pereira da Silva; e **Simone Ribeiro do Vale,** brasileira, solteira, nascida aos 07/04/1997, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Jose Valdo Fernandes do Vale e de Rosivalda Ribeiro do Nascimento.

Yago Novaes Barbosa, brasileiro, solteiro, nascido aos 19/04/1999, contador, natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ivan Graciliano Barbosa e de Catia Novaes da Silva; e **Giovana Paulino Nascimento,** brasileira, solteira, nascida aos 05/06/2002, analista de recursos humanos, natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Celso Batista do Nascimento e de Carmen Lucia Paulino Feitosa.

Maico Victor da Silva Amaral, brasileiro, solteiro, nascido aos 01/05/1996, motorista, natural de Domingos Mourão - PI, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Agnelo Furtado do Amaral e de Rita de Fátima da Silva Amaral; e **Janaina de Carvalho Santos,** brasileira, viúva, nascida aos 11/12/1984, do lar, natural de Teresina - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Raimundo Vieira dos Santos e de Maria de Fatima de Carvalho Santos.

Matheus Luiz Neves do Carmo, brasileiro, solteiro, nascido aos 14/01/1992, pintor de obras, natural de Poá - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Lucio Paulo do Carmo e de Marcelina Neves Santana; e **Mirian Santana dos Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 16/09/1989, técnica de enfermagem, natural de Gandu - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Benvindo dos Santos e de Marlucia Santana.

Reginaldo Dias de Queiroz, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/01/1975, microempresário, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Joel Lopes de Queiroz e de Tereza Dias de Queiroz; e **Rubiane Cristina Zanotti,** brasileira, solteira, nascida aos 31/01/1976, psicóloga, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em Guarulhos - SP, filha de Rubens Zanotti e de Clarice Aguiar Zanotti.

Rogério Sidronio Nunes, brasileiro, solteiro, nascido aos 10/01/1977, auxiliar administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Fernando Luiz Camacho Nunes e de Luzinete Sidronio Nunes; e **Michele da Silva Miguel,** brasileira, divorciada, nascida aos 05/12/1981, auxiliar administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Jose Miguel Neto e de Josefa Gomes da Silva Miguel.

Ronaldo Marques dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 26/11/1977, pedreiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Maria Marques dos Santos; e **Francineti Matias de Souza,** brasileira, solteira, nascida aos 25/06/1975, auxiliar de limpeza, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Floraci Matias de Souza.

Sigleido Lima dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 29/07/1978, pedreiro, natural de Senhor do Bonfim - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de João Pereira dos Santos e de Celina Lima da Silva; e **Leidiane Santos Rodrigues,** brasileira, solteira, nascida aos 24/10/1992, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Erisvaldo de Jesus Rodrigues e de Sueli Matias de Assis dos Santos.

Caio Ricardo Friscio Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 01/11/1989, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Claudio Alves da Silva e de Vera Regina Friscio da Silva; e **Aline Rosa da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 04/12/1995, analista contábil, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Antonio Manuel da Silva e de Vera Lucia Rosa da Silva.

Edson Luiz Ferreira, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/03/1989, administrador, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Nelson de Barros Ferreira e de Marcia Regina da Silva Ferreira; e **Elaine Francisca de Carvalho,** brasileira, divorciada, nascida aos 16/07/1988, psicóloga, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Martins de Carvalho Filho e de Eva Maria Goulart de Carvalho.

Maciel Jose de Carvalho, brasileiro, solteiro, nascido aos 22/04/1998, sushiman, natural de Araripina - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Simão de Carvalho e de Josefa Luzia de Carvalho; e **Teresa de Almeida Carvalho ,** brasileira, solteira, nascida aos 16/01/1995, analista de recursos humanos, natural de Simões - PI, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Luiz José de Carvalho e de Suely Maria de Almeida Carvalho.

Rafael Bispo dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 15/09/1990, consultor comercial, natural de Conceição do Almeida - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Vicente Bispo dos Santos e de Maria José dos Santos Brito; e **Manoel Vieira de Lima Junior,** brasileiro, solteiro, nascido aos 20/11/1992, analista de faturamento, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Manoel Vieira de Lima Junior e de Noemia dos Santos Silva.

Samuel Silva Tavares, brasileiro, viúvo, nascido aos 01/08/1991, motorista, natural de Santo André - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ronay Rocha Tavares e de Luziana Angélica Silva; e **Bruna dos Santos Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 30/03/1992, assistente administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de João de Freitas Silva e de Mirian dos Santos.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Lucas Eduardo Dalcanale
Leiloeiro Oficial - Matricula: 20/319L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

139 Veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

ONLINE
LEILÃO dia 16/07/2024
TERÇA-FEIRA
Leilão 14h30

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 2 CIVIC: 2019 2020 2003 CLASSIC 2013 2014 CLIO 2015 2016 9 COROLLA: 2012 2015 2016 2014 2015 2018 2019 2014 2015 2012 2003 2011 2012 2018 3 CORSA: 1998 1999 1995 1996 1995 CRETA 2017 CRUZE 2012 3 CR-V: 2009 2010 2011 2011 DELIVERY 2014 2015 2 ECOSPORT: 2004 2017 ELANTRA 2012 2013 ELITE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 15 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2010 2011 1994 2004 1993 1996 2011 2012 1996 2018 2012 2013 2006 2004 2005 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 I30 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 **ROUBO/FURTO:** BONGO 2011 C4 PALLAS 2009 2010 EN125 2008 2009 VELOSTER 2012 2013

Nº dos Chassis: 14025216 Normal 62616737 Normal 7B120193 Normal 7B169702 Recortado 88716788 Normal 8A006566 Normal 8B541967 Recortado 8R017655 Normal 9G270194 Normal AB271988 Normal AB276505 Normal AC223169 Normal B5143388 Normal B6546483 Normal B8607647 Normal BB523135 Normal BJ482702 Normal BP192983 Normal BR010677 Normal BT150981 Normal CB017746 Normal CB233235 Normal CCC66891 Normal CG334287 Recortado CG410525 Normal CL292387 Normal CM119735 Recortado CT000379 Normal CZ201727 Normal D4141272 Normal D6707672 Normal DB186678 Normal db244834 Normal DB447041 Normal DC404996 Normal DR149998 Normal E3109760 Normal E4053494 Recortado E7780057 Normal E9015897 Normal EA012674 Normal EA026781 Normal EB146204 Normal EB163618 Normal EB217778 Normal EB519070 Normal EB678423 Avariado ED101977 Normal EJ501913 Normal EL603725 Normal ET236315 Normal FB006665 Normal FB537449 Normal FG217521 Normal FG316071 Normal FM058121 Normal FM692422 Normal FP121708 Normal FZ232295 Normal G4A27773 Normal gb503826 Normal GG192647 Normal GG238079 Normal GJ276719 Normal GJ407245 Normal GJ484317 Normal GJ723520 Normal GJ942510 Normal GM745476 Normal GR000223 Normal H4011928 Normal HA024663 Normal HB107701 Normal HB525512 Normal HJ476612 Normal J0121380 Recortado J4717665 Normal J8039909 Normal J8130085 Normal JB078804 Normal JC453097 Normal JJ008315 Normal JJ143618 Normal JJ292292 Recortado JL384981 Normal JM200411 Normal JP044562 Normal JP061563 Normal JP789477 Recortado JP796397 Normal JY210720 Normal JY532183 Normal K4003673 Avariado KB059138 Normal KB523441 Normal KG151475 Normal KG244528 Normal KG407877 Normal KJ653917 Normal KKJ69305 Normal KP053887 Normal KY571479 Normal KZ108726 Normal L8377564 Normal L8407864 Normal LJ093954 Normal LK139647 Normal LKD05940 Normal LP013040 Normal LZ118328 Normal M3398276 Normal MK208468 Normal MR038200 Normal MYL10230 Normal MYW08662 Normal N4038455 Normal NB129692 Normal NC442722 Normal NCM41352 Recortado NG195611 Normal NK477373 Normal NKK85984 Normal NP193504 Normal np201500 Normal NR223559 Normal NU168760 Normal NU175242 Normal NYL60516 Normal NYX09581 Normal P4034966 Normal P4043748 Normal PA006710 Normal PB112423 Normal PP401377 Normal PR142711 Normal PT050949 Normal PU315867 Normal RB176796 Normal T0044764 Normal

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450
(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001668-42.2024.8.26.0009 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Otávio Augusto de Oliveira Franco, na forma da Lei, etc. Faz Saber a RAMI FARAJ SLEIMAN, CPF n° 217.786.688-01, que Centro Educacional e Cultural Civitatis S/s Ltda, ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias úteis supra, visando o pagamento dos débitos relativos a material escolar e mensalidades escolares do período de maio a novembro de 2018, no valor de R$ 24.163,70 (03/2024), a ser atualizado, sob pena de multa de 10%, além de honorários advocatícios, também de 10% (art. 523, § 1º, do CPC), bem como penhora e avaliação de bens. Afixado e Publique-se na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0009306-39.2013.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) NEUZA TORRES DA COSTA, CPF ***.322.338-**, que foi proposta uma ação de procedimento comum por Marfon Empreendimentos Imobiliários Ltda., objetivando o recebimento de R$ 48.000,00 (fev/2013), referente a locação do imóvel da Av. zumkeller, 257 ? Mandaqui/sp, não pago, rescindindo o contrato, condenando ao pagamento dos aluguéres atrasador e encargos bem como despesas processuais e honorários. Os corréus foram citados às fls.53 e fls.309. Encontrando-se a corré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.. |15,16|

Edital de Convocação

A Associação Cemitério dos Protestantes, entidade mantenedora do ***Cemitério de Colônia,*** situado nesta Capital à Rua Sachio Nakao, 28 – Colônia, convoca os titulares ou sucessores das concessões de sepulturas, relacionadas abaixo, para comparecerem ao escritório central da ***Associação*** na Rua Teodoro Sampaio, 417 Conjunto 62, Pinheiros, Capital, Tel. 3081-3311, em horário comercial, para a regularização da concessão da sepultura no prazo máximo de 30 dias a partir desta publicação. O não atendimento ao presente edital caracteriza o abandono da sepultura, acarretando na perda da concessão e na exumação (ões) do(s) restos mortais lá sepultado(s), conforme estabelecido no **Decreto nº 59.196 de 29 de Janeiro de 2020. -** CÉLIA APARECIDA DA SILVA **- Quadra:** 003 **- Sepultura:** 034 **/** JUAREZ FEITOZA CORREA **- Quadra:** 001 **- Sepultura:** 019-A **/** MARIA JOSÉ DE ARAÚJO **- Quadra:** 004 **- Sepultura:** 005

8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0021068-60.2024.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Vieira Ramos, na forma da Lei, etc.. ***FAZ SABER*** a(o) **MARCELO ZAUHY CORADI**, CPF 30633539813, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença movida por CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 10.521,96,** devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de maio de 2024.

ABANDONO DE MERCADORIA

MAERSK AS, empresa constituída de acordo com a direito dinamarquês, neste ato representada por **ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CPNJ sob o nº 02.427.026/0001-46, com sede na Rua Verbo Divino, nº 8º andar, São Paulo/SP, CEP 04.719-002 vem, por meio desse edital, tornar público o abandono da mercadoria vinculada ao Booking: **2AVLAK0467**, devidamente armazenada na unidade de carga **MSKU9711638** por **POPINHAK IMPORT E EXPORT EIRELI** com destino à SUAPE/PE se tratando de remessa para depósito fechado no endereço WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA – Complexo Indústrial Estrada Tdr. Norte, 7481 – SUAPE Cabo de Santo AGOSTINHO – PE CEP: 54590-000, referida mercadoria, individualizada nos instrumentos de embarque como BIOMASSA DE AÇAÍ, foi devidamente armazenada, ocasião na qual foi abandonada sem que nenhuma das partes envolvidas tomasse as providências necessárias. Em razão da necessária mitigação dos danos, a mercadoria encontra-se atualmente no referido endereço onde ficará até o prazo desse edital. Devidamente contatada, a parte responsável restou silente, configurando o abandono da mercadoria. Sem prejuízo das disposições contratuais acerca dos custos suportados pela **MAERSK AS** e suas representantes, o presente edital será publicado pelo prazo de 20 dias, sendo que após o transcurso do prazo a mercadoria será considerada abandonada, podendo MAERSK AS e suas representantes dispor da mercadoria de modo adequado para mitigação dos prejuízos já apurados e pendentes de aprovação.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/ME n° 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 06 de Agosto de 2024

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.**, sociedade por ações de capital aberto (Categoria B – CVM) , com sede na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma de videoconferência "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06 de agosto de 2024, às 10h30min, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia (pauta única): **(i)** proposta da administração referente à distribuição proporcional de Juros Sobre Capital Próprio referente ao exercício social de 2024. Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar da Assembleia Geral que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico **ri@uniaoquimica.com.br**, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante a assembleia.

Embu-Guaçu, 12 de julho de 2024.
Paula Melo Suzana Gomes - Presidente do Conselho de Administração.

Edital de Convocação

A Associação Cemitério dos Protestantes, entidade mantenedora do ***Cemitério do Redentor,*** situado nesta Capital à Av. Dr. Arnaldo 1105 – Sumaré, convoca os titulares ou sucessores das concessões de sepulturas, relacionadas abaixo, para comparecerem ao escritório central da ***Associação*** na Rua Teodoro Sampaio, 417 Conjunto 62, Pinheiros, Capital, Tel. 3081-3311, em horário comercial, para a regularização da concessão da sepultura no prazo máximo de 30 dias a partir desta publicação. O não atendimento ao presente edital caracteriza o abandono da sepultura, acarretando na perda da concessão e na exumação (ões) do(s) restos mortais lá sepultado(s), conforme estabelecido no **Decreto nº 59.196 de 29 de Janeiro de 2020. -** ADOLFO GRIMM **- Quadra:** 11 **- Sepultura:** 087 **/** ANITA KUBLI KOUCH **- Quadra:** VII **- Sepultura:** 103 **/** ANNA PELZMANN **- Quadra:** 03 **- Sepultura:** 028 **/** ANTONIO MONTEIRO DA CRUZ JR **- Quadra:** 03 **- Sepultura:** 009 **/** CHARLES FISCHMANN **- Quadra:** 05 **- Sepultura:** 051 **/** DEISE LIMA GOLKER **- Quadra:** XIV **- Sepultura:** 095/96 **/** EDWIN GENENDSCH **- Quadra:** II **- Sepultura:** 049 **/** FAMILIA MONTEIRO PRADO **- Quadra:** 11 **- Sepultura:** 053 **/** FREDERICO W. MAW **- Quadra:** VIII **- Sepultura:** 041/42 **/** JOAO ALBERTO BRIGIDO ROCHA **- Quadra:** XI **- Sepultura:** 016 **/** JOSE M. CURI **- Quadra:** VIII **- Sepultura:** 157 **/** JOSE VERLANGIERI **- Quadra:** XII **- Sepultura:** 044 **/** JOSEF SOUCEK **- Quadra:** VI **- Sepultura:** 034 **/** LUCY HELENA COACHMAN **- Quadra:** VIII **- Sepultura:** 077/78 **/** MAX FREY **- Quadra:** IX **- Sepultura:** 016 **/** MILTON BERGMANN **- Quadra:** III **- Sepultura:** 117/118 **/** OSCAR BOEIRA **- Quadra:** I **- Sepultura:** 033/34 **/** PAULO KOCH **- Quadra:** XI **- Sepultura:** 061 **/** R G LATHAN **- Quadra:** VI **- Sepultura:** 079 **/** RONALD JAMES TALBOT **- Quadra:** VIII **- Sepultura:** 125 **/** THEREZA LEOPOLDINA BEUTHNER **- Quadra:** 08 **- Sepultura:** 039 **/** THOMAZ W LOWENTHAL **- Quadra:** XIV **- Sepultura:** 041 **/** VALDEREZ LEONOR DE BARROS FRAGA MOREIRA **- Quadra:** 04 **- Sepultura:** 009 **/** WELLYSON DAVID DANTAS WANDERLEY **- Quadra:** X **- Sepultura:** 052 **/** WERNER BRUNO GERHARD KRUSE **- Quadra:** XIII **- Sepultura:** 158.

Edital de Convocação

A Associação Cemitério dos Protestantes, entidade mantenedora do ***Cemitério e Crematório Horto da Paz,*** situado em Itapecerica da Serra à Rua Horto da Paz, 191 – Potuverá -, convoca os titulares ou sucessores das concessões de sepulturas, relacionadas abaixo, para comparecerem ao escritório central da ***Associação*** na Rua Teodoro Sampaio, 417 Conjunto 62, Pinheiros, Capital, Tel. 3081-3311, em horário comercial, para a regularização da concessão da sepultura no prazo máximo de 30 dias a partir desta publicação. O não atendimento ao presente edital caracteriza o abandono da sepultura, acarretando na perda da concessão e na exumação (ões) do(s) restos mortais lá sepultado(s), conforme estabelecido no **Decreto nº 59.196 de 29 de Janeiro de 2020. -** ANA LUCIA DOS SANTOS MACIEL **- ZS:** 002 **- Quadra:** 029 **- Sepultura:** 080 **/** ANDREA SANTANA GOMES **- ZS:** 002 **- Quadra:** 007 **- Sepultura:** 007 **/** CARMEM LUCIA DA CONCEIÇÃO **- ZS:** 001 **- Quadra:** 019 **- Sepultura:** 015 **/** CAROLINE HELMEISTER DE MELO **- ZS:** 002 **- Quadra:** 005 **- Sepultura:** 009 **/** DANILO RIBEIRO BORBA BATISTA **- ZS:** 001 **- Quadra:** 012 **- Sepultura:** 035 **/** DENISE DA SILVA ARAUJO MATOS **- ZS:** 002 **- Quadra:** 012 **- Sepultura:** 051 **/** ELIZANGELA DE MORAES SILVA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 013 **- Sepultura:** 022 **/** GLADYS MARIA SOFIA GRANIZO LAGOS **- ZS:** 001 **- Quadra:** 005 **- Sepultura:** 068 **/** JESUS JOSE BALES **- ZS:** 001 **- Quadra:** 008 **- Sepultura:** 032 **/** JOÃO MENON **- ZS:** 002 **- Quadra:** 034 **- Sepultura:** 042 **/** JOSE DOS SANTOS FERREIRA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 030 **- Sepultura:** 069 **/** LEANDRO RIBEIRO DA SILVA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 030 **- Sepultura:** 092 **/** LUIZ TOSHIAKI HIRATA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 003 **- Sepultura:** 041 **/** MANOEL DE SOUSA NEVES **- ZS:** 002 **- Quadra:** 008 **- Sepultura:** 051 **/** MANUEL MENDES SILVA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 030 **- Sepultura:** 105 **/** MARGARETH DIAS DA COSTA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 014 **- Sepultura:** 002 **/** MARIA ANGELICA CORREA SOARES **- ZS:** 002 **- Quadra:** 033 **- Sepultura:** 141 **/** MARIA JOSE RIBEIRO **- ZS:** 001 **- Quadra:** 002 **- Sepultura:** 043 **/** NELSON CESAR FERREIRA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 019 **- Sepultura:** 023 **/** NEUSA APARECIDA DE ANDRADE **- ZS:** 002 **- Quadra:** 005 **- Sepultura:** 065 **/** RAIMUNDO ROSIVALDO DO NASCIMENTO LOPES **- ZS:** 002 **- Quadra:** 033 **- Sepultura:** 101 **/** ROBERTO MARCONDES GARÇA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 031 **- Sepultura:** 123 **/** ROBERTO PEREIRA DE SOUZA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 004 **- Sepultura:** 071 **/** ROSANA CONCEIÇÃO MARIANO SILVA **- ZS:** 001 **- Quadra:** 017 **- Sepultura:** 023 **/** THIAGO PEDROSA DE MEDEIROS **- ZS:** 002 **- Quadra:** 019 **- Sepultura:** 011 **/** VALDOMIRO FLORIANO DA SILVA **- ZS:** 002 **- Quadra:** 031 **- Sepultura:** 020.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 121ª (CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS PELA FRIGOL S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (Centésima Vigésima Primeira) Emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário"), a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA, que será realizada em 2ª (*segunda*) convocação no dia 24 de julho de 2024, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por vídeo conferência online por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", administrada pela Emissora, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e da cláusula 12 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (Centésima Vigésima Primeira) Emissão da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Frigol S.A.*", assinado em 22 de junho de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("Devedora" e "Termo de Securitização", respectivamente), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a substituição da **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, sala B, salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Pentágono") enquanto Agente Fiduciário dos CRA, que deverá ser substituído mediante a eleição e contratação de Novo Agente Fiduciário, a ser indicado nos termos do Material de Apoio a ser divulgado em até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia, para assunção dos deveres atribuições e responsabilidades constantes das normas legais e regulatórias aplicáveis, do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis atualmente à Pentágono, na qualidade de Agente Fiduciário, a partir da data da Assembleia Geral; **(ii)** Caso aprovada a matéria constante do item **(i)** acima, a aprovação da remuneração devida ao Novo Agente Fiduciário para prestação dos serviços de Agente Fiduciário da Emissão, nos termos da Proposta anexa ao Material de Apoio; e **(iii)** a autorização para que o Novo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Titulares dos CRA, em conjunto com a Emissora e a Devedora, pratique todos os atos necessários para dar efeito às deliberações aprovadas na presente assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração dos aditamentos à Escritura de Emissão e ao Termo de Securitização, até 15 (quinze) dias úteis, contados da eventual aprovação do item (i) da Ordem do Dia. A Devedora participará da assembleia, somente com a anuência dos Titulares dos CRA, e se reserva o direito de negociar termos e/ou condições com os Titulares dos CRA durante a sua realização, observados os limites das matérias constantes na Ordem do Dia, para que estas sejam aprovadas pelo quórum necessário, desde que não gerem alteração nos termos e condições dos Documentos da Operação, ou ainda, em qualquer aspecto ou característica da Emissão, que não descritos na Ordem do Dia. Exceto se de outra forma indicado ou definido no presente instrumento, termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. **Informações Gerais aos Titulares dos CRA: (1)** *Instalação e Quórum*: a assembleia instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares dos CRA, nos termos da cláusula 12.12 do Termo de Securitização. As matérias descritas nos itens **(i)**, **(ii)** e **(iii)** da Ordem do Dia deve ser aprovada pelos votos favoráveis dos Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em circulação, nos termos da cláusula 11.14 do Termo de Securitização. **(2)** *Acesso e Utilização do Sistema Eletrônico*: A assembleia será realizada através de plataforma digital "*Microsoft Teams*", cujo *link* será encaminhado pela Emissora e que possibilitará a participação remota dos Titulares dos CRA. O conteúdo da assembleia será gravado pela Emissora. Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá enviar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes de sua realização (i.e até 22 de julho de 2024) para os e-mails: **juridico@virgo.inc** e **assembleias@pentagonotrustee.com.br**: (i) a confirmação de sua participação acompanhada dos CNPJs dos fundos dos Titulares dos CRA, conforme o caso, (ii) a indicação dos representantes que participarão da assembleia, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, conforme item "3" abaixo. **(3)** *Depósito Prévio de Documentos*: Observado o disposto na Resolução CVM 60 e de acordo com o item "(2)" anterior, os Titulares dos CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails **juridico@virgo.inc e assembleias@pentagonotrustee.com.br**, com cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; (c) se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e (d) quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, outorgada a menos de 1 (um) ano, nos termos da cláusula 12.14 do Termo de Securitização e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. Não será adotada instrução de voto na assembleia.

São Paulo, 12 de junho de 2024.
Virgo Companhia de Securitização

EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo 30 dias. **Proc. 1019551-09.2023.8.26.0562**. O Doutor Fernando de Oliveira Mello, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível de Santos/SP. Faz saber a **RAMARIM INVESTIMENTOS E ASSESSORIA LTDA, CNPJ nº 09.634.158/0001-98,** que **MARIA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, LEONOR DA SILVA RODRIGUES e SÉRGIO DA SILVA RODRIGUES,** ajuizaram uma ação de **COBRANÇA**, objetivando a quantia R$ 214.402,55 (07/2023), oriunda do descumprimento por parte da requerida ao contrato de Compra e Venda de 5 (cinco) lotes, estes situados à Avenida Nossa Senhora de Fátima, em Santos/SP. Encontrando-se a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir após o prazo supra, venha oferecer contestação, sob pena de revelia, nesse caso sendo nomeado curador especial (art. 257, inc. IV do NCPC), sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Será o edital publicado. **NADA MAIS.**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ELISSA DE FÁTIMA NOVELLI DURO, REQUERIDO POR FERRUCIO DURO - PROCESSO Nº**1027220-84.2022.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Regina Ribeiro Junqueira de A. G. Burjakian, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 17 de março de 2024, foi decretada a INTERDIÇÃO de ELISSA DE FÁTIMA NOVELLI DURO, CPF 337.792.828-60, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Ferrucio Duro. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de junho de 2024. |16|

Ottera Latam Desenvolvimento e Licenciamento de Programas Ltda.

CNPJ nº 22.929.743/0001-83 – NIRE 35229319245 ("Sociedade")

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Nos termos do §3º da cláusula 14ª do Contrato Social da Sociedade e do disposto no Código Civil, **Ottera Inc.**, sociedade devidamente constituída de acordo com as leis de Califórnia (Estados Unidos), registrada no CNPJ nº 38.778.515/0001-90, neste ato devidamente representada por sua procuradora **Daniela Gomes Castro**, brasileira, solteira, Assistente administrativa, portadora do RG nº 25.517.357-X e do CPF nº 254.304.178-82, na qualidade de sócia titular de 80% das quotas emitidas pela Sociedade, convoca os demais sócios da Sociedade, a saber: (i) **Publica Latin América Consultoria em Mídia Digital Ltda.**, sociedade registrada sob o CNPJ nº 33.065.585/0001-87 e o NIRE nº 35.235.475.687, neste ato representada por seu representante legal, **Florian Raymond Roger Fournier**, francês, casado, empresário, portador do RNE nº V665836-3 e inscrito no CPF nº 234.065.668-04, para se reunirem em 24 de julho de 2024, às 10h00, na Cidade de São Paulo/SP Avenida Dr. Guilherme Dumont Vilares, 839 - Conjunto 71 - Jardim Londrina - CEP: 05640-001 - São Paulo, para a seguinte Ordem do Dia: (i) eleição da Sra. **Daniela Gomes Castro**, como administradora da Sociedade com poderes para representar a Sociedade isoladamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer terceiros, incluindo qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, (ii) alteração na cláusula 6ª do Contrato Social da Sociedade em conformidade com a deliberação constante no item "i" acima. São Paulo, 12 de julho de 2024. **Ottera Inc.** - Sócia.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Giovanna, foi lhe apresentado pela plataforma da ONR, para registro, a escritura de 24 de junho de 2024 do 06º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 4.220/fls. 057/070), pela qual RENATA ROSSI CUPPOLONI RODRIGUES, economista, RG nº 50.783.000-3-SSP/SP, CPF nº 011.233.497-03, com a autorização de seu marido VINICIUS BRAGA RODRIGUES, administrador de empresas, RG nº 04.022.664-9-IFP/RJ, CPF nº 405.888.157-72, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Inhambú nº 66, aptº 171, Indianópolis, INSTITUIU EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM APARTAMENTO nº 171, localizado no 16º pavimento, com as áreas: privativa de 285,12², comum de 193,92m², cabendo-lhe o direito de uso das vagas nºs 06M, 07P, 08P, 09M e 10M (2º SS) de 46,41m², depósito nº 3 (2º SS) de 2,82m², total de 528,27m², e a fração ideal de 5,3163%, do Edifício Gran Parc Vila Nova, situado na Rua Inhambú nº 66. Perfeitamente registrado sob o n° 05, na matrícula n° 194.585, em 23 de junho de 2021. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí n° 50, 7° andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 12 de julho de 2024.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF n° 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de Junho de 2024

Data, Hora e Local: Assembleia Geral Extraordinária da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia"), realizada em 05 de junho de 2024, às 10h30min, com sede na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, Embu-Guaçu/SP, realizada única e exclusivamente por videoconferência de forma digital por meio do aplicativo "*Microsoft Teams*" ("Plataforma Digital"). **Convocação**: Dispensada a convocação face a presença da totalidade dos acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia. **Presença**: Presentes os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. Presentes, ainda, os advogados da Companhia Juliana Olivia Ferreira Loureiro dos Santos Martins, Felipe Di Marzo Trezza e Marilia Tedim Bagnolesi. **Composição da Mesa**: Presidida pela Dra. Juliana Olivia Ferreira Loureiro dos Santos Martins e Secretariada pela Dra. Marilia Tedim Bagnolesi. **Ordens do Dia (pauta única)**: (i) eleição de membro independente do Conselho de Administração. **Deliberações**: Após exame e discussão acerca da única ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas ou ressalvas: **(i)** aprovaram por unanimidade de votos, integralmente e sem ressalvas, a eleição da Sra. **Aline Lobato Feitosa Brandão**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 24.177.205-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 149.049.478-27, residente e domiciliada na Rua Jacunda, nº 119, Jardim Panorama, São Paulo/SP, CEP 05679-060, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração, com mandato unificado a se findar em 12 de abril 2025, podendo tal prazo de mandato ser estendido até a Assembleia Geral Ordinária de 2025 que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. A conselheira ora eleita toma posse na forma constante do **Anexo I** da presente ata. Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia passará a ser composto por: **Paula Melo Suzana Gomes, Aline Lobato Feitosa Brandão, Fernando Cornette Marques, Dorothea Fonseca Furquim Werneck, José Luiz Junqueira Simões, Marcos Troyjo, Miguel Giudicissi Filho, Roberto Cornette Marques e Rui Willig.** **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, observado o cumprimento de todos os requisitos legais para a sua realização, a Presidente da mesa agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes. **Mesa**: Dra. Juliana Olivia Ferreira Loureiro dos Santos Martins, Presidente e Dra. Marilia Tedim Bagnolesi, Secretária. **Acionistas Presentes:** i – Robferma Administração e Participações Ltda; ii – MJP Administração e Participações Sociedade Simples Ltda; iii – AFP – Participações Ltda; e iv – Cleide Marques Pinto. *(A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio.)* Embu Guaçu, 05 de junho de 2024. Mesa: **Juliana Olivia Ferreira L. S. Martins -** Presidente; **Marilia Tedim Bagnolesi -** Secretária. Acionistas: **Robferma Adm. e Participações Ltda.** (p. Juliana Olivia Ferreira L. S. Martins); **MJP Adm. e Part. Sociedade Simples Ltda.** (p. Juliana Olivia Ferreira L. S. Martins). **AFP – Participações Ltda -** (p. Paulo Cesar Marques Pinto e Andrea Marques Pinto); **Cleide Marques Pinto -** (p. Marcos Monteiro Schroeder). JUCESP nº 262.270/24-9 em 05/07/2024. Maria Cristina Frei- Secretária Geral

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A.) - CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 35ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários da 35ª Série, da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05.501-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral dos Titulares dos CRI 35ª Série ("Assembleia"), **a ser realizada em 06 de agosto de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 35ª Série da 4ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre: **a)** Aprovar a concessão de prazo adicional, a ser definido em sede de assembleia, para pagamento pelo adquirente da parcela de R$ 2.241.353,18 (dois milhões e duzentos e quarenta e um mil trezentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos) referente a compra e venda da fração ideal de 2,0833% (dois inteiros e oitocentos e trinta e três milésimos por cento) do imóvel objeto da matrícula n° 24.970 do Oficial de Registro de Imóveis de São Sebastião – SP, sem a incidência nas cláusulas 2.1.1 e 2.1.3 da Escritura Pública de Venda e Compra Imobiliária, ficando ajustado que a Emissora e o Agente Fiduciário não tomarão quaisquer providências até encerrado o mencionado período de carência a ser definido na referida assembleia; Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados iniciados em maiúsculo e não definidos terão o significado a eles atribuídos no Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestão@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **claim@vortx.com.br** e **agentefiduciario@vortx.com.br** em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença dos titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos CRI em circulação, na forma da Cláusula 16.4 do Termo de Securitização. As matérias descritas na ordem do dia serão deliberadas pelo quórum específico de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares de CRI presentes na referida Assembleia Geral de Titulares dos CRI, nos termos da cláusula 16.9 do Termo de Securitização. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 16 de julho de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ Nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35.300.554.035

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 15 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, sala 02, Itaim Bibi, CEP 04533-010 ("Assembleia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência de estarem presentes os acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **3. MESA:** Presidida pelo Sr. VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA e secretariada pela Sra. THAIS DE CASTRO MONTEIRO. **4. ORDEM DO DIA:** Resolvem os acionistas da Companhia deliberar sobre: (i) a substituição do Agente de Liquidação (conforme definido na Escritura de Emissão) no âmbito da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 5 (cinco) séries, com instituição de patrimônio separado, para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), da Companhia; (ii) a retificação e ratificação, no âmbito da Emissão, do procedimento de destinação de recursos oriundos da Emissão mediante integralização das Debêntures; (iii) a aprovação da celebração do respectivo aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 5 (Cinco) Séries, com Instituição de Patrimônio Separado, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A." ("Escritura de Emissão") para refletir as deliberações listadas acima, se aprovadas; e (iv) ratificação, nos termos em que se encontram redigidas, de todas as cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura de Emissão e não expressamente alterados por esta Assembleia. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar a substituição do Agente de Liquidação indicado na Escritura de Emissão, qual seja, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 para o Banco C6 S.A.,instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.872.495/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nove de Julho, nº 3.186, Jardim Paulista, CEP 01.406-000. **5.2.** Aprovar a retificação e ratificação da Escritura de Emissão a fim de estabelecer que todos os recursos recebidos pela Emissora, oriundos da integralização de debêntures, deverão ser destinados primeiramente à Conta Centralizadora Principal (conforme definido na Escritura de Emissão). **5.3.** Aprovar a celebração do respectivo aditamento da Escritura de Emissão que, por força das aprovações acima, alterará as seguintes características da Escritura de Emissão: (i) Agente de Liquidação e Escriturador. O agente de liquidação da Emissão será o Banco C6 S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.872.495/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nove de Julho, nº 3.186, Jardim Paulista, CEP 01.406-000 ("Agente de Liquidação"), e o escriturador das Debêntures será a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Escriturador"); (ii) Destinação dos Recursos da Emissão. Os recursos oriundos da Emissão serão recebidos na Conta Centralizadora Principal (conforme definida na Escritura de Emissão), e serão destinados (i) ao pagamento do preço de aquisição dos CCCBs listados no Apêndice A do Termo de Endosso (conforme definido na Escritura de Emissão), que representarão o agrupamento das CCBs e os seus respectivos Direitos Creditórios; e (ii) ao atendimento das obrigações descritas na Ordem de Aplicação dos Recursos constante na Cláusula 4.31. da Escritura de Emissão; (iii) Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma ou mais datas, em moeda corrente nacional ou em direitos creditórios, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão), de acordo com as normas de liquidação da B3, sendo que os recursos em moeda corrente nacional deverão observar o disposto na Cláusula 3.5.1 da Escritura de Emissão. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura de Emissão) , a integralização das Debêntures deverá sempre considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definidos na Escritura de Emissão) da respectiva Série, conforme aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização; (iv) Saldo Disponível. A Emissora deverá verificar, em até 1 (um) Dia Útil antes da próxima Data de Pagamento (conforme definida na Escritura de Emissão), o montante existente na Conta Centralizadora Principal, de modo a calcular os recursos disponíveis correspondentes a: (i) pagamentos ordinários dos Direitos Creditórios (conforme definido na Escritura de Emissão) realizados nas datas de vencimento programadas durante o mês calendário anterior; (ii) pagamentos extraordinários dos Direitos Creditórios, relativos ao adimplemento de parcelas em atraso; (iii) amortização, quitação e/ou Liquidação Antecipada (conforme definido na Escritura de Emissão) dos Direitos Creditórios ocorridas no mês calendário anterior; (iv) reembolsos realizados pelo Endossante no respectivo mês em razão da ocorrência de Eventos de Resolução do Endosso (conforme definido na Escritura de Emissão) ocorridos no mês calendário anterior, conforme previstos no Instrumento de Endosso; (v) pagamentos, pelo Endossante, de parcelas inadimplidas pelos Tomadores no mês calendário anterior em razão da coobrigação do Endossante nos termos do Instrumento de Endosso; (vi) integralizações de Debêntures; e (vii) Integralizações Subsequentes (conforme definido na Escritura de Emissão), caso aplicável; **5.4.** Ficam ratificados os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta Assembleia bem como todos os demais documentos da Emissão. **5.5.** Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados ao aditamento da Escritura de Emissão. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. A presente ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 15 de julho de 2024. Mesa: **VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA -** Presidente; **THAIS DE CASTRO MONTEIRO -** Secretária; Acionistas: **VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA. TRAVESSIA ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.** por **VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA.**

Cyrela Sul 018 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 31.949.403/0001-05 - NIRE 35235386994

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 03.05.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 4.761.000,00 **para** R$ 3.461.000,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 019 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 30.652.210/0001-25 - NIRE 35235270716

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 03.05.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 16.390.500,00 **para** R$ 10.590.500,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 005 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 11.998.666/0001-05 - NIRE 35229893324

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 03.05.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 4.972.973,00 **para** R$ 4.697.973,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 008 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 21.125.450/0001-80 - NIRE 35230080277

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 03.05.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 12.781.260,00 **para** R$ 11.081.260,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Sul 013 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 21.823.417/0001-24 - NIRE 35229893332

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 03.05.2024, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 5.118.477,00 **para** R$ 3.818.477,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Citação.Prazo 20dias.Proc.**1028694-95.2019.8.26.0001**.A Dra. Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Santana/SP. Faz saber a Ivo Pereira de Almeida CPF 007.683.568-57 e Simone Santos Lima CPF 157.100.718-03, que Damaris Isola Campello ajuizou ação comum, para cobrança de R$ 63.748,54 (out/19), referente à locação do imóvel comercial à Av. Cruzeiro do Sul, 3454 - Santana. Estando os réus em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que em 15 dias a fluir do prazo supra, contestem o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. SP, 23/04/2024. |16,17|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1128598-82.2019.8.26.0100** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Leonor Maria de Oliveira, Adelino de Oliveira,Lourdes Maragno De Oliveira,Zilda De Oliveira Penteado, Francisco De Oliveira, Dirce Fernandes De Souza Oliveira, Armando De Oliveira,Benedicta De Camargo Oliveira,Joaquim De Oliveira,Iracema José de Amaral Oliveira, Valdecir Brunetto, Ana Maria Escautaborgo Brunetto, Leonildo de Oliveira, Maria Tereza de Souza Oliveira,Leonilda de Oliveira da Silva,Jair de Oliveira,Vera Lucia Correa Penteado,Antonio Pimentel de Oliveira,Maria Alice Penteado de Oliveira,Izildinha Penteado de Albuquerque,Laércio Fernandes de Albuquerque,Marilda de Oliveira,Marylze de Oliveira,Laércio Carlos Maragno,José Geraldo de Sousa,Iracema José de Amaral Oliveira e Manoel Penteado,réus ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que Rosalind Tupper de Oliveira e Leonel de Oliveira ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Ana Maria Franco Laranjeira,n°547,São Paulo/SP,CEP:05224-010,alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |16,17|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0023898-36.2023.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível,do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a). Marina Balester Mello de Godoy, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELLEN CRISTIANE DOS ANJOS SILVA OLIVEIRA, CPF 014.389.221-59; PAULO HENRIQUE CABRAL, CPF 059.991.959-00; LEILA LIMA DE CAMPOS, CPF 079.251.936-11; SARA MIRIAN VENTURA E SILVA, CPF 109.654.349-40; ROBERT WILLIAN RODRIGUES DE SOUZA, CPF 060.501.009-93 E MAICON RIBEIRO DE OLIVEIRA, CPF 033.051.260-94, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Renato Gomes Damas, alegando em síntese: que ajuizou incidente de desconsideração de personalidade jurídica, das empresas Liquidex Serviços Digitais Ltda. e MDX Capital Miner Digital Ltda., incluindo os sócios Ellen Cristiane dos Anjos Silva Oliveira, Paulo Henrique Cabral, Leila Lima de Campos, Sara Mirian Ventura e Silva, Robert Willian Rodrigues de Souza e Maicon Ribeiro de Oliveira, no pólo passivo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de junho de 2024. |16,17|

Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/ME nº 61.409.892/0001-73 – NIRE 35.300.012.763 ("Companhia")

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2024

1. Data, Horário e Local: Dia 17 de abril de 2024, às 11hs, na sede da **Companhia Brasileira de Alumínio**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, parte, conjunto 141, Cidade Monções, CEP 04571-900. **2. Presença e Convocação:** Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa Dirigente:** Luis Ermírio de Moraes, Presidente; Renato Maia Lopes, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** revisão das Políticas de Dividendos e Política Financeira da Companhia; e **(ii)** Remuneração de executivos e Programa de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") /Remuneração Variável Investida ("RVI"). **5. Deliberações:** Colocados em discussão os assuntos constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o seguinte: **(i) Aprovar** a revisão das seguintes políticas da Companhia: *(a)* Política de Dividendos; e *(b)* Política Financeira; cujas versões atualizadas encontram-se anexa a esta ata (Anexos I e II da presente ata). **(ii) Aprovar** a Remuneração de Executivos e Programa de Incentivo de Longo Prazo ("ILP")/Remuneração Variável Investida ("RVI"), conforme deliberado pelos membros do Conselho, sendo que o material se encontra arquivado na sede da Companhia. Fica consignado que os referidos programas de ILP/RVI estão em linha com a Política de Remuneração vigente. Ficam autorizados os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para efetivação das deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como outorgar poderes para a realização desses atos, se necessário. **6. Observações Finais:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada. Membros do Conselho de Administração: Luís Ermírio de Moraes, Eduardo Borges de Andrade Filho, Franklin Lee Feder, José Roberto Ermírio de Moraes Filho, Sergio Ricardo Romani, Glaisy P. Domingues e Ricardo Rodrigues de Carvalho. A presente transcrição é cópia fiel de ata lavrada no próprio livro. São Paulo, 17 de abril de 2024. Mesa: **Renato Maia Lopes** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 196.996/24-7 em 07/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

"As políticas mencionadas aos Anexos I e II encontram-se arquivadas na sede da Companhia, bem como estão disponíveis no seu sítio eletrônico no seguinte endereço: https://ri.cba.com.br/esg/estatuto-e-politicas/".

Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73 – NIRE 35.300.012.763 ("Companhia")

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 13 de junho de 2024

1. Data, Horário e Local: Dia 13 de junho de 2024, às 08h30, na sede da **Companhia Brasileira de Alumínio**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, parte, conjunto 141, Cidade Monções, CEP 04571-900. **2. Presença e Convocação:** Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa Dirigente:** Luis Ermírio de Moraes, Presidente; Renato Maia Lopes, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Informar sobre: **(i)** Barragens; e deliberar sobre: **(ii)** o Diálogo Estratégico da Companhia para 2024-2027; **(iii)** Aprovação de políticas corporativas da Companhia; e **(iv)** Aprovação de contratos comerciais. **5. Deliberações:** Colocados em discussão os assuntos constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o seguinte: **(i)** Inicialmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia foram informados dos assuntos relativos às barragens de energia, mineração e industriais, confirmando a estabilidade das barragens, conforme material apresentado nesta reunião, que ficará arquivado na sede da Companhia; **(ii)** Foram apresentados os direcionadores do Diálogo Estratégico aos membros do Conselho de Administração e respectivas premissas, os quais foram deliberados e **aprovados** com o objetivo de otimizar e impulsionar a estratégia de crescimento e sustentabilidade da Companhia, conforme material apresentado na reunião e arquivados na sede da Companhia; **(iii) Aprovar** as seguintes políticas corporativas da Companhia: (a) Política de Segurança da Informação; e (b) Política Fiscal, bem como **aprovar** a atualização da (c) Política de Gestão de Riscos; conforme recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário, cujas redações encontram-se anexas a esta ata nos Anexos I, II e III, respectivamente; **(iv) Aprovar** a assinatura de dois contratos comerciais, nos termos do artigo 20, inciso xviii, do Estatuto Social da Companhia, conforme material apresentado, que ficará arquivado na sede da Companha. Ficam autorizados os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivação das deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como outorgar poderes para a realização desses atos, se necessário. **6. Observações Finais:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada. Membros do Conselho de Administração: Luís Ermírio de Moraes, Eduardo Borges de Andrade Filho, Franklin Lee Feder, João Zeferino Ferreira Velloso Filho, Sergio Ricardo Romani, Glaisy P. Domingues e Ricardo Rodrigues de Carvalho. A presente transcrição é cópia fiel de ata lavrada no próprio livro. São Paulo, 13 de junho de 2024. Mesa: **Renato Maia Lopes** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 255.905/24-5 em 27/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

"As políticas mencionadas aos Anexos I, II e III encontram-se arquivadas na sede da Companhia, bem como estão disponíveis no seu sítio eletrônico no seguinte endereço: https://ri.cba.com.br/esg/estatuto-e-politicas/"

BRKNI S.A.

CNPJ/MF nº 34.480.942/0001-36 – NIRE 35.300.539.966

Ata da Assembleia Extraordinária realizada em 21 de junho de 2024, às 09:00 horas

Dia, Hora e Local: Realizada aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 09:00 horas, na sede social da BRKNI S.A., localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **Convocação**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alteradas ("Lei das S.A."). **Presenças**: a acionista BRK Ambiental Participações S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa**: Verificado o quórum para instalação da Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a mesa foi composta pela Presidente, Sra. Gabriela Velloso Tavares, e pelo Secretário, o Sr. Rodolfo Duarte Bruscain. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre – **(1)** a lavratura da presente ata na forma de sumário; **(2)** a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o endereço da sede da Companhia; e **(3)** a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o objeto social da Companhia. **Deliberações**: Instalada a Assembleia, após apresentação, exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolve, **(1)** autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A.; **(2)** aprovar a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o endereço da sede da Companhia, da Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, para Rua Professor Estevan Lange Adrien, nº 459, Quadra A, Lote 06/07, Jd. Nossa Senhora do Amparo, na Cidade de Limeira, Estado de São Paulo, CEP 13.482-280. Como consequência, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 2º*** *– A Companhia tem sua sede e foro na Rua Professor Estevan Lange Adrien, nº 459, Quadra A, Lote 06/07, Jd. Nossa Senhora do Amparo, na Cidade de Limeira, Estado de São Paulo, CEP 13.482-280, podendo, onde e quando convier, abrir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria.*"; e **(3)** aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o objeto social para refletir as novas atividades a serem desempenhadas pela Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 3º*** *– A Companhia tem por objeto social, (i) a prestação de serviços de análises químicas e físico-químicas nas áreas ambientais, saneantes e domissanitários; (ii) o desenvolvimento de atividades de pesquisa na área de biotecnologia; (iii) o treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (iv) a análise de organismos aquáticos vivos; (v) a consultoria em pesquisas e análises químicas e físico-químicas nas áreas ambientais, saneantes e domissanitários; e (vi) a realização de ensaios em produtos classificados como fertilizantes, inoculantes e corretivos.*". **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 21 de junho de 2024. **Mesa**: Gabriela Velloso Tavares, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Acionista**: BRK Ambiental Participações S.A. (representada nos termos do seu estatuto social). Certifico e dou fé que a presente Ata é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rodolfo Duarte Bruscain – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 263.723/24-0 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Brasil deixa lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas

Moares retira sigilo de áudio de conversa de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou o sigilo do áudio no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem conversam sobre o uso ilegal da Abin para espionagem.

Segundo as investigações, a conversa foi "possivelmente" gravada por Ramagem e ocorreu em agosto de 2020. O áudio foi citado no relatório da investigação chamada de "Abin Paralela", divulgado na semana passada.

A gravação tem 1 hora e oito minutos e estava sob segredo de Justiça. Segundo a PF, a conversa está relacionada ao uso ilegal da Abin para obter informações sobre inquérito no qual o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi investigado por "rachadinha" no seu gabinete quando ele ocupou o cargo de deputado estadual. A advogada de Flávio, que não teve o nome citado, também teria participado da conversa. Em 2021, a apuração foi anulada pela Justiça. (Agência Brasil)

O ano de 2023 marcou um avanço do Brasil na imunização infantil e fez o país deixar o ranking das 20 nações com mais crianças não vacinadas. A constatação faz parte de um estudo global divulgado na segunda-feira (15) pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A pesquisa revela que o número de crianças que não receberam nenhuma dose da DTP1 caiu de 710 mil em 2021 para 103 mil em 2023. Em relação à DTP3, a queda entre os mesmos anos foi de 846 mil para 257 mil. A DTP é conhecida como a vacina pentavalente, que protege contra a difteria, o tétano e a coqueluche.

Com a redução na quantidade de crianças não vacinadas, o Brasil, que em 2021 era o sétimo no grupo dos países com mais crianças não imunizadas, deixou a lista negativa. O Brasil apresentou avanços constantes em 14 dos 16 imunizantes pesquisados.

A chefe de Saúde do Unicef no Brasil, Luciana Phebo, destacou que o comportamento da imunização infantil no país é uma retomada após anos de queda na cobertura de vacinação. Ela ressalta a importância de o país seguir em busca de avanços, inclusive levando a vacinação para fora de unidades de saúde, exclusivamente.

"É fundamental continuar avançando ainda mais rápido para encontrar e imunizar cada menina e menino que ainda não recebeu as vacinas. Esses esforços devem ultrapassar os muros das unidades básicas de saúde e alcançar outros espaços em que crianças e famílias - muitas em situação de vulnerabilidade - estão incluindo escolas, Cras [Centro de Referência de Assistência Social] e outros espaços e equipamentos públicos", assinala.

O resultado de avanço do Brasil está na contramão do cenário global, no qual houve aumento no número de crianças que não receberam nenhuma dose da DTP1, passando de 13,9 milhões em 2022 para 14,5 milhões em 2023.

O número de crianças que receberam três doses da DTP em 2023 estagnou em 84% (108 milhões). A DTP é considerada um indicador chave para a cobertura de imunização global.

Em 2023 havia no mundo 2,7 milhões de crianças não vacinadas ou com imunização incompleta, em comparação com os níveis pré-pandemia de 2019.

Ao todo, o levantamento do Unicef e da OMS traz dados de 185 países.

Uma forma prática de entender a importância da vacinação é por meio da observação de certas doenças, como o sarampo, que apresentou surtos nos últimos cinco anos.

A cobertura vacinal contra o sarampo estagnou, deixando cerca de 35 milhões de crianças sem proteção ou com proteção parcial. Em 2023, apenas 83% das crianças em todo o mundo receberam a primeira dose do imunizante. Esse patamar fica abaixo da cobertura de 95% necessária para prevenir surtos, mortes desnecessárias e alcançar as metas de eliminação do sarampo.

Nos últimos cinco anos, surtos de sarampo atingiram 103 países – onde vivem aproximadamente três quartos dos bebês do mundo. A baixa cobertura vacinal nessas regiões (80% ou menos) foi um fator importante. Por outro lado, 91 países com forte cobertura vacinal não experimentaram surtos.

Um dado positivo, porém, insuficiente no levantamento, é a vacinação de meninas contra o papilomavírus humano (HPV), causador do câncer do colo do útero. A proporção de adolescentes imunizados saltou de 20% em 2022 para 27% em 2023.

No entanto, esse nível de cobertura está bem abaixo da meta de 90% para eliminar esse tipo de câncer como um problema de saúde pública. Em países de alta renda, o nível é de 56%, e nos de baixa e média, 23%.

A vacina contra o HPV é disponibilizada no Brasil pelo Sistema Único de Saúde (SUS). (Agência Brasil)

46% da população acham que país está melhor este ano

Uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mostra que 46% dos entrevistados para o Radar Febraban avaliam que o país melhorou em relação a 2023, mesmo percentual da pesquisa de abril. O contingente que acha que o país está igual ao ano passado é de 31%, um ponto a mais que no levantamento anterior. Realizada entre os dias 28 de junho a 4 de julho, com 2 mil pessoas nas cinco regiões do país, pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), o Radar Febraban mapeia a percepção e expectativa da sociedade sobre a vida, aspectos da economia e prioridades para o país.

A mesma tendência de otimismo se verifica quanto à expectativa de melhora do país no restante do ano. Para 55%, haverá melhora e para 23% tudo continuará da mesma forma. Desde fevereiro de 2023, a perspectiva positiva da população diante do futuro permanece estável e acima dos 53% verificados em fevereiro de 2023.

Para 73% dos entrevistados, a inflação continua sendo uma preocupação. Esse contingente avaliou que os preços dos produtos aumentaram ou aumentaram muito em comparação com os últimos seis meses. A percepção de queda dos preços foi de 8% e o percentual daqueles que pensam que a inflação ficou estável é de 1%.

Segundo o sociólogo e cientista político Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do Ipespe, apesar do otimismo, há cautela com relação ao país. "De um lado, mantém a percepção de que a situação está melhor do que antes e expressa esperança de que a situação do país vai melhorar. Mas, a pressão dos preços de algumas categorias de produtos e de serviços, que continuam impactando no seu bolso, refreia a expansão do otimismo", avaliou.

A pesquisa também indicou que, para 42%, a vida pessoal e familiar está igual ao ano passado, enquanto 39% avaliam que está melhor. A percepção de piora oscilou de 17% para 19% entre abril e julho. Para 67%, a vida pessoal e familiar irá melhorar no restante de 2024. Pelo menos 38% disseram que estarão menos endividados este ano do que estavam em 2023 e 36% não veem perspectiva de alteração no endividamento. Já 23% pensam que estarão mais endividados.

Projeção para aumentos

Segundo o Radar Febraban, 59% das pessoas pensam que a inflação e o custo de vida sofrerão aumento; o mesmo percentual acredita no aumento de suas dívidas. Aqueles que acreditam que os impostos aumentarão são 58%. Para 50%, haverá aumento da taxa de juros. Entre os entrevistados, 36% acreditam que haverá expansão do crédito e do acesso e 31% acham que o poder de compra das pessoas. Mas 38% creem que o desemprego crescerá e 30% acreditam que haverá aumento do salário.

Desejos da população

Mais da metade dos brasileiros (53%) declararam que investiriam em moradia, seja para comprar (34%) ou reformar (19%) caso tivesse recursos para isso. Em seguida, se houvesse sobras no orçamento, 46% aplicariam o dinheiro no banco (poupança: 21%; outros: 25%). Em seguida, aparecem os investimentos em educação pessoal. A educação da família vem na sequência (12%). Os entrevistados também expressaram vontade de viajar; comprar carro (8%); fazer ou melhorar o plano de saúde (8%); comprar eletrodomésticos ou eletrônicos (5%); comprar moto (3%); fazer seguro de carro, casa, vida ou outros (2%). (Agência Brasil)

Lula diz que atentado a Trump "empobrece a democracia"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na segunda-feira (15), que o atentado contra o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, "empobrece a democracia". Ao chegar para agenda de trabalho no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Lula disse que é preciso condenar qualquer manifestação antidemocrática, "seja pela direita, seja pela esquerda".

"Ninguém tem o direito de atirar numa pessoa porque não concorda com ele politicamente", disse.

No último sábado (13), Trump foi retirado por seguranças do palanque onde fazia um comício, em Butler, no estado da Pensilvânia. Ele concorre novamente à presidência dos Estados Unidos em uma disputa acirrada contra o atual mandatário, Joe Biden, que tenta reeleição. Após sons de tiros, o candidato republicano se abaixou e levantou com sangue na orelha e no rosto.

Ao ser questionado se o ataque fortalece a extrema-direita no país norte-americano e no mundo, Lula disse que "a certeza é que a democracia perde".

"Os valores do diálogo, os valores do argumento, os valores de sentar em forma de uma mesa, da forma mais diplomática, para encontrar soluções para os problemas vão indo pelo ralo. Se tudo vai se encontrar na base da bordoada, na base da violência, na base do murro, na base da luta, na base do tiro, na base da faca, onde é que vai a democracia? Eu, como sou defensor da democracia, eu acho que nós temos que condenar", acrescentou o presidente.

Ainda no sábado, Lula já havia se manifestado sobre o assunto, afirmando que o atentado foi um "ato inaceitável". Diversos líderes mundiais também expressaram espanto, denunciaram a violência política e desejaram ao ex-presidente norte-americano uma rápida recuperação.

Além de Trump ferido, um apoiador do ex-presidente foi morto e dois outros ficaram feridos antes que os agentes do Serviço Secreto matassem a tiros o suspeito de 20 anos. O motivo do atentado ainda não foi esclarecido. O presidente Joe Biden condenou o ataque contra seu oponente, pedindo união aos cidadãos, e determinou uma revisão sobre a segurança no comício onde Trump foi ferido. (Agência Brasil)

Ministério autoriza uso da Força Nacional em RR e áreas indígenas

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou, na segunda-feira (15), o emprego de agentes da Força Nacional de Segurança Pública em duas cidades de Roraima e de quatro áreas da União, no Rio Grande do Sul, destinadas ao usufruto exclusivo indígena.

Em Roraima, a tropa federativa atuará na capital, Boa Vista, e em Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Segundo o texto da Portaria 719, publicada no Diário Oficial da União, os agentes atuarão "em apoio aos órgãos de segurança pública estaduais; nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade [integridade] das pessoas e do patrimônio" por noventa dias a partir da última segunda-feira.

Criada em 2004 e coordenada pelo ministério, a Força Nacional é composta por policiais militares e civis, além de bombeiros e profissionais de perícia cedidos temporariamente pelos governos estaduais e do Distrito Federal. Conforme o próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública informa, não se trata de uma tropa federal, uma vez que a atuação da Força Nacional nos estados é dirigida pelos gestores públicos locais.

As autorizações para que os agentes da Força Nacional auxiliem as ações de controle ao fluxo migratório, em Pacaraima, e de reforço do policiamento das ruas de Boa Vista vêm sendo renovadas desde 2018, quando milhares de venezuelanos passaram a cruzar a fronteira entre os dois países fugindo da crise política e econômica na Venezuela.

A Portaria 720 dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública na região da Terra indígena Cacique Doble. Os agentes atuarão em conjunto com os órgãos de segurança pública gaúchos, dando apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) "nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio", por 90 dias.

Conforme a **Agência Brasil** noticiou em dezembro de 2023, a Terra Indígena Cacique Doble, no município de mesmo nome, no noroeste gaúcho, próximo à divisa com Santa Catarina, tem sido palco de violenta disputa entre grupos indígenas rivais que brigam pela liderança da área. Segundo a Polícia Federal (PF), a mais recente "onda de conflitos na reserva" começou em agosto de 2022, quando quatro indígenas foram assassinados. Durante a investigação da Polícia Federal, três líderes locais foram presos preventivamente.

Os agentes da Força Nacional também atuarão na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada entre Sananduva e Cacique Doble, e, conforme a Portaria 721, nas reservas Guarita e Nonoai. A Guarita abrange parte do território das cidades de Tenente Portela, Redentora e Miraguaí. Já Nonoai fica no município de Planalto, no norte gaúcho. (Agência Brasil)

Dólar tem pequena alta após atentado contra Trump e fecha a R$ 5,44

No primeiro dia útil após o atentado contra o candidato à presidência dos Estados Unidos Donald Trump, o dólar teve uma pequena alta, após se aproximar de R$ 5,48 durante a manhã. Na contramão do mercado internacional, a bolsa de valores emendou a 11ª alta consecutiva e atingiu o maior nível em mais de dois meses.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (15) vendido a R$ 5,445, com alta de R$ 0,014 (+0,26%). A cotação iniciou em forte alta, chegando a R$ 5,476 na máxima do dia, pouco antes das 10h. No entanto, desacelerou a partir do fim da manhã, até fechar com leve alta.

Com o desempenho de segunda-feira, a moeda norte-americana acumula queda de 2,56% em julho. Em 2024, a divisa sobe 12,2%.

Apesar da turbulência externa, o mercado de ações teve um dia otimista. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 129.321 pontos, com alta de 0,33%, impulsionado por ações de petroleiras e de mineradoras. Na 11ª alta seguida, o indicador está no maior patamar desde 8 de maio.

O dólar subiu em todo o planeta com o atentado ao ex-presidente e candidato à presidência norte-americana Donald Trump. A alta ocorreu porque o programa de corte de impostos do Partido Republicano aumenta o déficit público dos Estados Unidos e eleva os juros de longo prazo dos títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do planeta.

A desaceleração econômica chinesa também fez o dólar subir em relação às moedas de países emergentes, mas ajudou a bolsa brasileira. Isso porque um crescimento menor do país asiático favorece a introdução de pacotes de estímulos, o que impulsionaria as exportações de commodities (bens primários com cotação internacional) para a China. (Agência Brasil)

Com ritmo atual, universalização do saneamento ocorrerá em 2070

Pesquisa do Instituto Trata Brasil, divulgada na segunda-feira (15), mostra que a universalização do saneamento no Brasil só acontecerá em 2070, considerando o ritmo atual de melhorias no setor. A previsão representa um atraso de 37 anos em relação à data limite estabelecida na Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, conhecida como Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

"O cenário atual é precário: cerca de 32 milhões de brasileiros vivem sem acesso à água potável e mais de 90 milhões não têm coleta de esgoto. A lei estabeleceu que todas as localidades brasileiras devem atender a 99% da população com abastecimento de água e 90% com esgotamento sanitário até 2033", destaca o texto da pesquisa.

O levantamento mostra ainda que serão necessários mais R$ 509 bilhões de investimentos pelas operadoras de saneamento para o país atingir a universalização. Ou seja, R$ 46,3 bilhões anuais a partir de 2023, último ano com dados disponíveis.

"A preços de junho de 2022, o investimento anual atual é de aproximadamente R$ 20,9 bilhões, indicando que o investimento precisaria mais do que dobrar, não somente em 2023, mas em todos os anos subsequentes, para que a universalização seja possível até 31 de dezembro de 2033, conforme previsto em lei", diz a pesquisa.

Segundo o documento do Instituto Trata Brasil, aproximadamente 10 milhões de pessoas vivem em municípios sem contratos de saneamento regulares. São 579 cidades nessa situação.

"A saúde pública começa pelo saneamento, e à medida que as eleições municipais se aproximam, os candidatos devem destacar o tema em seus planos e se comprometer para que o acesso à água e ao esgotamento sanitário seja uma realidade num futuro próximo, e não cada vez mais distante", destacou a Presidente-Executiva do Trata Brasil, Luana Pretto.

A responsabilidade pelo saneamento básico é local: estados e municípios devem prestar os serviços e cabe ao governo federal coordenar e implementar as políticas públicas. (Agência Brasil)